



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

**A CIDADE DE CACHOEIRA ENQUANTO NÚCLEO
URBANO PRESERVADO:
UM OLHAR MUSEOLÓGICO TENDO COMO REFERÊNCIA O
PATRIMÔNIO EDIFICADO.**

Cachoeira
2011

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

**A CIDADE DE CACHOEIRA ENQUANTO NÚCLEO
URBANO PRESERVADO:
UM OLHAR MUSEOLÓGICO TENDO COMO REFERÊNCIA O
PATRIMÔNIO EDIFICADO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profa. Ms. Cristina Ferreira

Cachoeira
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

A CIDADE DE CACHOEIRA ENQUANTO NÚCLEO URBANO PRESERVADO: UM OLHAR MUSEOLÓGICO TENDO COMO REFERENCIA O PATRIMONIO EDIFICADO

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Museologia.

Aprovada em 19 de julho de 2011

BANCA EXAMINADORA

Msc. Cristina Ferreira Santos de Souza
(orientadora)

Mestre em História – UFBA

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Msc. Carlos Alberto Santos Costa

Mestre em Arqueologia e Conservação do Patrimônio – UFPE

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Emanuel Silva Andrade

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Jeová, meu Deus, por tudo.

A Lindinalva de Jesus Barbosa, minha mãe, pela proteção, amor e zelo.

A Jaelson Calumbi da Silva, meu pai, pelos anseios, conversas e apoio.

A Gildete Calumbi S. Moura, minha tia, por incentivar e ser uma referência.

A Emmanuel A. C. Fernandes pelos planos, momentos e ajudas. Se fez mais que um namorado, se fez um verdadeiro amigo.

A Cristina Ferreira, minha orientadora, sempre tranquila, educada, discreta e sensata.

A Tatiane Amarin e Evanilda Santos que caminharam juntas comigo durante toda a graduação sempre sorridentes.

A Rafael Calumbi, meu irmão, pelas conversas.

Aos professores do colegiado de museologia da UFRB, por contribuírem para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho visa a compreensão da cidade histórica a partir de uma abordagem museológica. Como o universo patrimonial que compõe uma cidade preservada é muito extenso e complexo, o tema aqui foi delimitado pelo enfoque ao patrimônio edificado enquanto cultura material visivelmente destacada no espaço urbano. Para isso, a cidade de Cachoeira Bahia foi tomada como referência para o estudo e a reflexão acerca das questões e definições sobre áreas urbanas de valor patrimonial. Faz-se um paralelo entre o objeto museal e o patrimônio edificado das cidades históricas aplicando os paradigmas atuais da Museologia, (ou da Nova Museologia).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O PATRIMÔNIO CULTURAL	7
1.1 A idéia de patrimônio	7
1.2 Patrimônio cultural e preservação no Brasil	14
2 A CIDADE DE CACHOEIRA: FORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO SEU PATRIMÔNIO.....	23
2.1 Breve apresentação histórica da cidade	23
2.2 O patrimônio edificado de Cachoeira	27
2.3 A cidade como documento.....	31
2.4 A cidade de Cachoeira enquanto núcleo urbano preservado	33
3 PATRIMÔNIO URBANO SOB UM OLHAR MUSEOLÓGICO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a cidade de Cachoeira Ba enquanto 'cidade histórica', tendo como enfoque o seu patrimônio edificado, no intuito de compreender o lugar e a sua condição de núcleo urbano preservado. Isto por meio de uma análise museológica, que entende os edifícios e demais aspectos em torno da noção de 'cidade', sem querer, no entanto, ter a pretensão de abranger todo o universo patrimonial que a compõe.

A escolha e delimitação do tema foi dada a partir da percepção das questões levantadas acerca da preservação e das funções dos bens culturais na sociedade. Mais especificamente as abordagens feitas no campo da museologia atual, que tem na democratização do seu objeto de trabalho a melhor maneira de viabilizá-los, por meio da informação, do conhecimento, da preservação, da valorização dos bens e dos lugares, da comunicação e do diálogo com a sociedade, em prol do desenvolvimento social.

O município de Cachoeira Bahia é conhecido por ser um lugar possuidor de uma riqueza cultural diversa, marcada pelo seu destaque na história nacional e por possuir um vasto patrimônio cultural caracterizado pelo convívio de vestígio materiais que remetem a presença européia (portuguesa) e a forte característica exalante dos produtos da cultura negra viva até os dias atuais, principalmente no tocante ao patrimônio imaterial local, constituído pelo candomblé, pela culinária, pela musicalidade, entre outros. Cachoeira é mais um local no Brasil tido como pólo cultural. Considerada Cidade Monumento Nacional, traz à tona uma série de questões em torno do seu patrimônio preservado, como desenvolvimento urbano, cidadania, identidade, memória, educação, lazer, história, dentre outras questões que envolvem a existência humana e sua relação com o mundo. Pensar os centros históricos requer considerar não apenas o seu passado, mas também o seu presente e futuro em construção, e isso justifica a reflexão proposta nesse trabalho, que tem na museologia um dentre os variados meios de se pensar essas questões citadas

Para isso, primeiramente foi necessário compreender a idéia de patrimônio cultural, o que significa, como é encarado no Brasil. Nesse sentido, o primeiro capítulo traz uma abordagem acerca do patrimônio cultural e o desenvolvimento do seu entendimento no contexto nacional. Falar de patrimônio cultural requer tratar de simbologias e, portanto de abstração (arte, memória, identidade), e ao mesmo tempo, remete a questões de cunho social (cidadania, qualidade de vida, educação) e logo

políticas. Apesar de levantar informações sobre o desenvolvimento da política de preservação no país, não interessa neste momento refletir a respeito mas simplesmente contextualizar.

Essa pesquisa se deu mediante observação do cotidiano da cidade, leitura de periódicos e de bibliografia especializada. Autores como Maria Cecília L. Fonseca, Maria C. R. Simão e Carlos Lemos, que tem suas produções teóricas a observação sobre a preservação do patrimônio edificado no país, embasaram o primeiro momento dessa pesquisa. Em seguida, aplicando os conhecimentos desenvolvidos à cidade escolhida para análise, tem-se uma abordagem mais específica que enfatiza a existência de cidades preservadas, utilizando de um olhar sobre Cachoeira e suas particularidades, refletindo sobre a mesma e dialogando com estudiosos do assunto, como Leonardo Benévolo que em seu texto “História da Cidade” faz uma abordagem sobre os tipos de cidades existentes e sua condição de documento. Além de Benévolo, Mesentier (Arquiteto do IPHAN e doutor em Planejamento urbano e regional), em seu texto “Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania” traz uma contribuição relevante sobre a temática do patrimônio associada às noções de memória social, identidade e desenvolvimento social.

Em seguida, utilizando-se de toda fundamentação adquirida, busca-se colocar o patrimônio edificado da cidade enquanto objeto de estudo da museologia, comparando por meio de paralelos, com o objeto museal. Nesse sentido, tem-se os campos de ação utilizados em museus: “preservação, investigação e comunicação” de modo a entender as possibilidades de aplicá-las aos bens edificados de valor patrimonial. Assim, como não poderia deixar de ser, a discussão acaba por fazer abordar vários campos da museologia, como a preservação, a pesquisa, a comunicação, a educação patrimonial e a gestão museológica. O patrimônio edificado urbano, por sua amplitude conceitual, instiga aos temas tratados pela Nova Museologia, dentre eles o ecomuseu, que trata da relação território-patrimônio-comunidade, o qual supõe-se aqui que é aplicável às cidades históricas.

O propósito desta pesquisa é pensar no desenvolvimento de uma abordagem museológica em cidades, a partir de seus bens culturais. Não entendendo-a como cidade-museu ou museu a céu aberto, mas pensando nas possibilidades de se explorar as potencialidades da sua cultura material e imaterial, em prol da cidadania, da identidade, da memória e do desenvolvimento social.

CAPITULO 1

O PATRIMONIO CULTURAL

1.1 A idéia de patrimônio

Para compreender o que significa o patrimônio cultural é necessário observar uma série de questões - principalmente sociais – que envolve sua existência, questões estas tanto de cunho simbólico e abstrato como também concreto, científico, social e político.

A idéia de patrimônio está baseada num sentimento que muitos estudiosos tentam conceituar, adjetivar e classificar. Em alguns casos podemos afirmar que é um *sentimento atribuído*, noutros, porém, pode-se pensar num *sentimento inerente*. Para entender melhor, pensemos na idéia de nação.

A nação, “aquela comunidade imaginada”, na concepção de Benedict Anderson (1989, PP. 13-6), é resultante de alguns condicionamentos sociais como: cultura, território, economia, etnia, língua e religião. São condicionantes que informam um sentimento de pertencimento utilizado pelo Estado como mecanismo de homogeneização do povo. Para Eric J. Hobsbawm e Ernest Geller, os sentimentos de familiaridade ou de estranhamento, reais ou inventados, diante da representação, traduzem os elementos do nacionalismo. Em outras palavras, são os nacionalismos que inventam as nações. Daí o uso político que deles são feitos pelos intelectuais. (NOGUEIRA, 2005, 182-183)

A construção de um imaginário de “nação” tem no seu bojo um aparato político, social, geográfico, econômico e simbólico. Este último tem suportes que representam os demais, ou seja, há uma gama de objetos que acabam por carregar um sentido – um símbolo – que remete a temas diversos (história, política, sociedade, economia, eventos, acontecimentos, marcos, dentre outros). A “nação” refere-se à idéia de um grupo de pessoas que compartilham de características em comum, como o território, a língua, as crenças, etc.

A existência de um sentimento que envolve a questão do pertencimento, é fato. Desde os primeiros anos de vida os indivíduos se identificam, dentre outras coisas, enquanto pertencente a um meio e a um grupo. Primeiramente o núcleo familiar, que começa com o contato entre mãe, pai, irmãos, etc., e logo os grupos se estendem: família, parentes, colegas da escola, vizinhos, e daí por diante. É o convívio em sociedade. Se por exemplo, numa escola um indivíduo tem dificuldades de interagir com outras pessoas e se mantém isolado, é natural que este passe a

observar os grupos, e logo tentará incluir-se naquele que apresente características que combine com o seu modo de ser. Não pertencer a grupo algum pode ser uma experiência frustrante. Do mesmo modo, podemos entender o sentimento de pertencimento a uma cultura, a um grupo que possui características próprias, e que quando colocado diante aos outros, tem suas características destacadas. Estou falando do que classifiquei acima de “sentimento inerente”.

As pessoas são diferentes, habitam lugares distintos e possuem entendimentos diferenciados acerca das coisas que lhes cercam, do mundo e da vida. No entanto, é humanamente constante a utilização de objetos, músicas, danças, linguagens, costumes, entre outras coisas, que se diferenciam entre uma sociedade e outras, mas sempre estão presentes na vida dos seres humanos. E essa diferença é que torna tudo ainda mais interessante ao pensar no infinito de possibilidades. Os homens são diferentes e ao mesmo tempo iguais em capacidades. E o que fica de tudo são os testemunhos, muitas vezes em forma de matéria – alguns inscritos e/ou encenados por formas materiais, outros oralmente transmitidos e transformados ao longo dos tempos. Refiro-me à cultura material e imaterial, tangível e intangível, sempre existente.

Esse sentimento, seja ele inerente ou atribuído, constitui a chamada identidade cultural. Esta por sua vez, está baseada numa série de acontecimentos, memória, história, lembranças e esquecimentos. Tudo isso compõe aquilo que entendemos como patrimônio cultural. De acordo a Gonçalves,

A expressão ‘patrimônio cultural’ é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de artes, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais: artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes etc. Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados. É nesse sentido que a metáfora da apropriação implica o uso de metáforas visuais. Em termos gerais, o efeito da apropriação é a cultura ‘como uma coisa’ (Handler, 1988) ou ‘como exibição’ (Michell, 1989), implicando o uso de metáforas oculares. É por meio da exibição desses objetos e práticas sociais objetificadas que é produzido o ‘efeito de realidade’ (Barthes, 1988, p.141-148) no contexto do patrimônio cultural. (Gonçalves, 1996, p. 82-83 apud Chiarotti, 2005, p.312)

Quando se diz que um objeto ou um monumento é um patrimônio – histórico, artístico, arqueológico ou qualquer outra categoria – automaticamente atribui-se esses valores (supra) citados, e desse modo faz-se entender que em torno da existência de tal objeto ou monumento, está inclusa a existência de pessoas, acontecimentos e épocas. O passado muitas vezes aparece como um mistério, digno de especulações,

fetiches e estudos científicos intermináveis. Em todo caso, sempre levanta algo a se orgulhar. E os objetos que trazem as marcas de tudo isso, acabam por serem vistos como algo que vai além de sua função original.

O mesmo se aplica aos bens que não se materializam. E nesse caso tem-se o conhecimento, experiências, crenças, práticas culturais, poesia, dança, manias, costumes, culinária, dentre outros. É preciso pensar que todo patrimônio imaterial tem referências materiais.

O patrimônio está muito ligado à história e à arte. A história aqui entendida como a busca pela compreensão do que acontece (ou aconteceu), e a arte como a expressão do que se sente. Assim poderia se pensar num processo de comunicação baseado no que se dá do exterior para o interior dos indivíduos (e a história se enquadra bem nesse caso), e no que se dá do interior para fora (a expressão, a arte).

No referente à origem dos objetos que constituem o patrimônio cultural, Paulo Fernando de Brito Feitoza, em seu texto “Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível”, aborda a idéia defendida por Krisztoff Pomian que entende que “as primeiras coisas que originaram este juízo de patrimônio foram os semióforos (do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar)”. Feitoza destaca que

Todos os objetos, lugares e pessoas poderiam ser identificados como um semióforo, porquanto não seria a coisa em si o dado importante, mas sim a representação simbólica dela, com a perspectiva de vincular “o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos e destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação por que é nisso que realiza sua significação e sua existência”.

Os semióforos seriam todos e quaisquer elementos (naturais ou produzidos pelo homem) que de uma forma simbólica representasse a coletividade. E por isso os semióforos teriam sido a motivação do aparecimento das coleções.

Nos primórdios da existência do museu, mais especificamente o *Museion*, a instituição era encarada como um templo dedicado às musas. Ou também podemos entendê-lo como um local no qual eram trabalhados os atributos relacionados a essas deusas (inspiração, canto, poesia, arte, sabedoria, etc.). O culto e as oferendas expostas são entendidos por Pomian como semióforos, já que eram expostos e por meio deles existia a intermediação entre homens e deusas.

Por sua vez, a formulação de um entendimento acerca da existência de um patrimônio de um povo está relacionada à formação dos estados nacionais, portanto é uma invenção moderna. A partir do momento em que o Estado assume o papel de proteger/preservar legalmente os bens, ele está tratando de “coisas” que simbolizam

sua existência – a existência de um povo, que compartilha uma língua, uma história, crenças, dentre outros. A idéia de “patrimônio” está ligada a variadas categorias. É comum a referência ao patrimônio imobiliário familiar, público, de empresas, etc. O patrimônio cultural, por sua vez, traz os bens etnográficos, arquitetônico, ecológico, ambiental, artístico, imaterial, dentre outros relacionados ao domínio público.

Pensemos nos monumentos. Riegl define como “monumento intencional” um tipo de edificação que teria sido o único tipo utilizado durante a Antiguidade e a Idade Média. O monumento intencional é aquele produzido com o fim de exaltar um momento, uma ação e uma idéia de um povo em uma determinada época ou período. Deste modo, o valor é atribuído antes mesmo de sua existência, ou melhor, o monumento é construído a partir do valor. A partir do Renascimento, segundo Fonseca (2005, p.53) “essa atribuição de valor, ao contrário do que ocorre com os monumentos intencionais, é a posteriori, e só passa a ocorrer a partir do momento em que, na cultura ocidental, as noções de arte e de história adquirem alguma autonomia”.

Algo indispensável no entendimento da cultura material é o conceito de artefato. De modo amplo, podemos compreender os artefatos enquanto objetos em geral, ou melhor, tudo o que é resultante do trabalho humano. O artefato é o resultado do raciocínio do homem sobre uma dada matéria da natureza de modo a transformá-la para seu usufruto. Os artefatos podem ter funções utilitárias (como os instrumentos de preparação alimentar no núcleo doméstico, por exemplo), e também funções de deleite (como é o caso das pinturas em geral, adereços, maquiagens, ornamentos festivos, dentre outros). No intuito de conceituar o artefato, Charotti¹ argumenta,

(...) é um instrumento criado pelo homem que só terá sentido se o mesmo for usado em alguma atividade. É definido por uma ação, ou uso, que lhe é destinada. Um objeto material, um instrumento, ou ainda, um artefato é concebido para uma coisa, no entanto, se precisar de algo que não está na sua concepção primeira, pode se tornar um outro instrumento. Exemplificando: às vezes, quando se precisa de uma chave de fenda para tirar um parafuso, se esta não existir, recorre-se a uma faca de cozinha para retirá-lo. Assim, a função foi dada pelo uso e não pela concepção pronta e acabada. (CHAROTTI, 2005, p.305)

Pode-se dizer que os artefatos são acontecimentos resultantes da capacidade de os homens poderem transformar o meio natural e adaptá-lo a suas necessidades e também a seu querer. Assim, os homens transformam a natureza e, ao mesmo tempo, se auto transformam, visto que a sua evolução e o destaque dentre os animais se deu

¹ Em concordância com a análise de Rabardell (1995, p. 93-94).

por conta dessa capacidade de articular idéias, criar, inventar, produzir, manipular e lidar com informações que não se apagam da memória.

A memória. Eis uma característica fundamental na análise da existência humana. Se os homens não armazenassem informações em suas mentes, não produziram o conhecimento. Apenas agiriam por instinto, o que não os destacariam em nada dos demais seres vivos.

A observação dos acontecimentos somado a lembrança e a articulação do tempo com a repetição dos fatos, permitiu ao ser humano a capacidade de compreender a natureza. E foi a partir dessa compreensão que o mesmo pode manipulá-la a seu favor. Ao invés de desenvolver apenas características físicas para adaptar-se ao meio, o homem manipulou este e criou objetos capazes de adaptar o meio a ele, às suas necessidades. Objetos estes também conhecidos como artefatos.

Com o passar do tempo, o homem não esgotou sua capacidade de desenvolvimento mental, não houve uma paralisação das capacidades de criação humana. Até então o que se sabe é que, seja em que lugar for, aonde existem homens, há a manipulação do meio para sua sobrevivência. De modo que diferenciam-se as maneiras de compreensão e domínio da natureza, mas não há relatos de seres humanos irracionais.

Interessante é notar que essa capacidade de compreensão do mundo vai além do utilitário. O ser humano tem paixões, preferências, sensações e uma série de sentimentos que o faz questionar o mundo e sua existência no mesmo. Assim, ele não apenas segue a lei do “nascer, crescer, reproduzir, envelhecer e morrer”, mas também inventa, constrói e também destrói. Cria estruturas complexas para poder conviver uns com os outros (em sociedade), acredita no que denomina ‘ciência’, e também em algo maior (imaterial/divino) para justificar o fato de não entender sua existência num mundo como algo objetivo e simples. Em suas organizações, criam leis próprias², seguem e também quebram e atentam contra as mesmas. Enfim, são por natureza questionadores, intuitivos e complexos.

Em todo o tempo (e a própria noção de ‘tempo’ também é uma invenção humana) os homens continuam criando e recriando. Busca o passado e o futuro, tenta compreender a si mesmos para justificar o mundo. O que fica de tudo são as referências materiais, os escritos e todos os vestígios que o possibilita acessar o que existiu. A essa matéria dá-se o nome de ‘Patrimônio Cultural’, e sobre este Letícia Julião analisa,

² diferente das organizações instintivas de certos animais, como a formiga, por exemplo.

Paralelo à discussão social dos museus, ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, resultando numa espécie de “síndrome de Noé”, que parece pretender abarcar a totalidade da realidade humana na arca patrimonial. Diversificam-se as tipologias do patrimônio, e confere-se o estatuto de bens a serem preservados a obras do presente, bem como ao que é anônimo, cotidiano e banal. O patrimônio cultural torna-se um domínio indefinido, fluido e incerto, que se refere não mais ao legado do passado e da nação, mas a um bem capaz de restituir a identidade de determinados grupos, originando um mosaico de memórias sociais segmentadas. (JULIÃO, 2006, p.30)

Assim, em concordância com Julião pode-se notar que essa ampliação da noção de patrimônio cultural se dá num mesmo contexto de reflexão acerca dos museus e da função social. Os museus são instituições que lidam diretamente com o patrimônio cultural. Inicialmente suas ações estiveram voltadas em especial à conservação e exibição de acervos, e noutro momento, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (e até os dias atuais) essas instituições passam por uma ampliação e renovação funcional que abarca a educação, o lazer, o saber, a informação e o entretenimento por meio do patrimônio³. Compreender isso que Julião chama de “um mosaico de memórias sociais segmentadas” causou e tem causado na museologia um avanço nos conceitos acerca desse universo simbólico (que inclui a matéria e a abstração do imaterial). Com o desprendimento do enfoque absoluto sobre o ‘patrimônio da nação’, e a observação de noções amplificadas de cultura e de patrimônio, a museologia (principalmente a partir da década de sessenta) passa por um processo de renovação de seus princípios e práticas, em formulação até os dias atuais.⁴

Objetivando utilizar-se de maneira mais eficiente dos bens patrimoniais, os profissionais de museu, tendo em mente a função social que este exerce (ou pelo menos deve exercer) na sociedade contemporânea, e as demandas do continente americano (em especial o latino-americano), reúnem-se e formulam cinco documentos que trazem questões fundamentais sobre o pensamento museológico da segunda metade do século XX. São estes documentos:

- Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, Rio de Janeiro 1958: enfoca a função educativa dos museus e destaca a exposição museográfica baseada em novas tecnologias.

³ Só para lembrar, vale notar que uma característica relevante dos Museus é que estes em pleno século XXI, não respondem às demandas do capitalismo, mas tende à democratização da cultura. Os museus são lugares que não visam o lucro. Seus serviços são gratuitos e ao mesmo tempo em que se apresentam como locais de pesquisa, também são locais de lazer.

⁴ Para mais informações a respeito do Movimento de Renovação dos Museus, ver Julião, Apontamentos sobre a história do museu, p. 26.

- Mesa Redonda de Santiago do Chile, Chile 1972: define o Museu Integral, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural”, assumindo uma função social e interdisciplinar.
- Declaração de Quebec, Canadá 1984 : que trata do surgimento da Nova Museologia, interdisciplinar e possuidora de um caráter social que se opõe à museologia tradicional.
- Declaração de Oaxtepec, México 1984: Trata da relação ‘território - patrimônio - comunidade’, defendendo a preservação *in situ*, ou seja no seu território (contexto)
- Declaração de Caracas, Venezuela 1992: Trata sobre os museus da América Latina, e entende que os mesmos “têm como desafio a relação do museu com a Comunicação, o Patrimônio, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos”

Esses documentos e a renovação do pensar museológico sempre remete a uma série de questões relacionadas aos museus no tempo e nas sociedades, como a utilização das coleções por parte das elites, a sacralização dos objetos que simbolizam a nação, etc.. Mas não é de interesse aqui abordar-las, antes é mais relevante pensar na ampliação dos horizontes museológicos e seus conceitos atuais em relação ao patrimônio cultural, no caso aqui, aplicando-os ao tema em questão – o patrimônio de Cachoeira.

Segundo Simão,

A preservação dos valores culturais e ambientais caracteriza-se, crescentemente, como uma tendência da atualidade. A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantam às pessoas a referência do seu lugar. O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, na virada do milênio, a ser valorizados. Começa-se a sentir, novamente, necessidade de entender o passado como um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de fruição, em contraste ao pensamento iluminista, base da cultura ocidental há dois séculos, que desvincula o passado e vislumbra o futuro sob o ideal de modernidade. (SIMÃO, 2001, p.15)

Pode-se concluir, portanto que o patrimônio cultural de um povo é o conjunto de produtos materiais e imateriais resultantes da relação entre homem e natureza, e também entre homem e homem. A valorização do patrimônio e a preocupação em

salvaguardá-lo dos danos causados pelo tempo, é um meio de auto compreensão dos indivíduos em diversos aspectos (simbólico, religioso, estético, político, social e artístico) no espaço e na história.

1.2 Patrimônio Cultural e preservação no Brasil

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural brasileiro é um fato que, de certo modo, pode-se entender como recente no contexto nacional.

Desde o século XIX, teorias acerca da preservação já eram temas de discussão na Europa. Tendo em vista a valorização da autenticidade e permanência, existia já nesse período um considerável número de restaurações do patrimônio arquitetônico.

O período pós-revolução francesa trouxe à tona a necessidade de salvaguarda dos monumentos, obras de arte e paisagens. Os revolucionários franceses tinham como ideais a destruição de tudo aquilo que lembrasse o antigo regime. A esperança pelo surgimento de um novo tempo, livre das opressões dos antigos dominadores, justificava a destruição dos bens que rememoravam o passado (principalmente os bens ligados à aristocracia e à Igreja). O Iluminismo, baseado na razão e na ciência, atribui ao passado o obscurantismo e a ignorância, denominando o antigo sistema ocidental como idade das trevas, e tendo como ideais a acumulação e a difusão do saber. A busca pelo futuro acaba por trazer à tona uma questão que a princípio se mostra antagônica – a preocupação com o passado e as experiências. Nessa perspectiva Cristina Simão destaca

Pode-se entender que, nesse momento, segundo a própria ciência, passado e presente romperam-se e formaram partes absolutamente desarticuladas, conformando mundos distintos. As bases da preservação são lançadas, assim, com o objetivo de estudar e analisar “o objeto antigo”, e não numa visão de retomada ou rearticulação com o passado. O “fluir contínuo” do tempo estava rompido e a obra do passado vista como algo estanque, pronta, impossibilitada de receber ulteriores intervenções, limitada a um determinado tempo e espaço. (SIMÃO, 2001, p.24)

E, em concordância com Dourado (1989), Simão cita-o concluindo que

Não é estranho, pois, pensar que a mesma cultura que gestou a modernidade tenha ela própria nutrido as primeiras experiências no campo da preservação dos monumentos históricos. De fato, só pode ser lembrado aquilo que foi previamente esquecido. A institucionalização da preservação do patrimônio cultural, tal como é

sentida pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha. (DOURADO, apud SIMÃO, Idib., p.24-25)

A defesa do patrimônio, tendo como base as idéias modernistas e contemporâneas, possibilitou o surgimento na Europa de duas correntes teóricas. Por um lado, a representada pelo arquiteto francês Eugene Viollet-Le-Duc (1814-1879), de cunho racionalista, valorizava a técnica e a modernidade. Foi responsável pelas primeiras teorias a respeito da preservação e restauração do patrimônio. Acreditava que o valor histórico do monumento estava relegado à reconstituição de suas formas estilísticas a partir do desenvolvimento de técnicas modernas. Desse modo, a historicidade do bem não traria as marcas de uma época, e sim de várias a partir do emprego de técnicas diversas ao longo dos anos. O objetivo, no entanto, é chegar à “originalidade” do monumento. Viollet-Le-Duc era adepto das idéias iluministas.

Por outro lado, a corrente teórica liderada por John Ruskin (1818-1900) aparece na Inglaterra. Têm como foco as mesmas questões levantadas por Le-Duc, no entanto opõe-se a este. Segundo Cristina Simão,

Esta corrente, denominada culturalista, defende a não intervenção nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade. Sob essa ótica, a história e a condição atual devem ser maximamente respeitadas, admitindo-se somente intervenções de conservação. (SIMÃO, Idib., p. 25)

Nesse período a questão patrimonial no Brasil se encontrava de forma tímida. No início da década de 1920, alguns intelectuais já chamavam a atenção para os riscos de perda dos monumentos de arte colonial. Houve umas iniciativas por parte dos governos estaduais com a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

O papel do movimento modernista brasileiro se destaca por fazer surgir um novo tipo de expressão artística, baseado na questão da nacionalidade - porém fugindo do nativismo e do indianismo romântico idealizado entre os séculos XVIII e XIX. O modernismo rompe com o passado e tem como missão “a construção de uma tradição brasileira autêntica” (Fonseca, 2005, p.91). O potencial crítico da literatura é tomado pelo movimento modernista brasileiro, bem como sua função social.

Assim, a criação de uma nova arte, brasileira, capaz de expressar – efetivamente – os elementos culturais e idéias envolvendo a nação, era a proposta do movimento modernista no Brasil. O Brasil inventava a sua identidade cultural e, ao mesmo tempo, inseria-se no mundo moderno e civilizado. Para isso, o contato com

cidades antigas mineiras (abandonadas) foi bastante significativo para os intelectuais modernistas. Como defende Simão,

Com o objetivo de buscar as raízes e a identidade nacional, os modernistas empreenderam uma viagem a Minas Gerais. E nas cidades antigas mineiras eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos e núcleos urbanos abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada. Ouro Preto foi o grande ancoradouro dos modernistas. Aqui estavam o berço de nossa “memória”, à conformação de nosso perfil civilizado.(SIMÃO, Idib, p.28)

Minas Gerais, considerada como “o berço da civilização brasileira” por conservar, em seu todo, a expressão do barroco, torna-se alvo da preocupação com a proteção dos seus monumentos. Assim, em 12 de julho de 1933, a cidade de Ouro Preto é elevada à categoria de Monumento Nacional pelo decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Essa foi a primeira ação do Governo Federal em prol da proteção do patrimônio.

Nesse mesmo período alguns projetos no Congresso Nacional esbarravam numa problemática muito comum nos dias atuais - o direito de propriedade *versus* preservação do patrimônio, como expõe Maria C. L. Fonseca

Também no Congresso Nacional, desde o início dos anos 20 vinham sendo apresentados projetos com o objetivo de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio. Em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro, em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima, e, em 1930, o deputado baiano José Vanderlei de Araújo Pinho apresentaram ao Congresso propostas nesse sentido, mas nenhuma foi aprovada. Esses projetos, assim como o anteprojeto do jurista mineiro Jair Lins, elaborado em 1925, e em que Rodrigo M. F. de Andrade se baseou para elaborar o decreto-lei nº25, de 30.11.1937, esbarram nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela Constituição e pela legislação em vigor. (FONSECA, 2005, p. 95-96)

Em 1936 Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto no qual expunha as diretrizes de preservação e a proposta para a criação de um instituto com esse fim. No texto Mário de Andrade define o Patrimônio Artístico Nacional como sendo “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil”.

Sobre a utilização da palavra “arte” Carlos A. C. Lemos (1985, p.38-39) faz uma reflexão interessante. Segundo ele, dentre essas várias categorias Mário incluía, então, todo o nosso vasto elenco patrimonial. A noção de arte, desenvolvida no seu

anteprojeto, se mostrara bastante ampla, pois conceituava a arte de um modo abrangente, classificando em oito categorias nas quais traz sua descrição.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN se deu pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937. Mário de Andrade, que havia sido destituído do Departamento de Cultura, participou ativamente da implantação do SPHAN, juntamente com Rodrigo M. F. de Andrade.

A questão da propriedade era o principal entrave para a garantia de funcionamento do órgão ainda em construção. Analisando esse aspecto Fonseca destaca que

A preocupação, nesse caso, não era com o aspecto conceitual ou com o organizacional, que já teria sido equacionado no anteprojeto, mas com recursos operacionais que fossem não só legais como também reconhecidos como legítimos. A conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha, porém, um limite em relação ao anteprojeto: para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se a coisas (“bens móveis e imóveis”), o que marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas, etc. (FONSECA, *Idib.*, p. 104-105)

O decreto define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO LEI nº 25, 30 de Novembro de 1937, art.1.)

. Sobre isso Carlos Lemos (1985, p.42) destaca a distinção feita entre bens “históricos” e “artísticos”, mostrando que o texto do escritor não fora seguido a risca, pois o texto elaborado por Mário de Andrade trazia a totalidade dos bens culturais da nação, chamados de “obras de arte” (num significado amplo) e agrupado em oito categorias:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Arte aplicadas nacionais, e
8. Arte aplicadas estrangeiras.

Como Lemos esclarece, o projeto de Mário, e toda a sua pretensão foi compatível à riqueza cultural do país, no entanto, para um momento de construção de um sistema de preservação de um patrimônio também recém construído (em termos teóricos e simbólicos), provavelmente a idéia entrasse numa questão complexa e talvez até inviável. De acordo a Carlos Lemos,

O recém-instituído SPHAN não poderia mesmo abrir imenso campo de obrigações preservacionistas, sendo oportuna uma restrição ligada ao “interesse público” nas suas atribuições funcionais, principalmente a vista das várias implicações jurídicas que fatalmente surgiriam no tocante ao direito de propriedade relativo a bens móveis que, com certeza, iriam sobrepujar sobremaneira em quantidade os bens imóveis. Não só problemas jurídicos mas também de fiscalização, de conservação, de guarda, de documentação, de classificação, que hoje ainda não sabemos como resolver com correção administrativa e êxito garantido. (LEMOS, Idib., p. 43)

O SPHAN privilegiou a proteção do patrimônio edificado, adjetivados por muitos estudiosos como patrimônio de “pedra e cal”, e o meio utilizado para a ação de preservação foi o tombamento, enfocando a prática de conservação e restauração, além de tratar de questões sobre o direito de propriedade. A prioridade foi dada aos monumentos e objetos de arte colonial. Além disso, os critérios adotados para suas práticas de tombamento, segundo Fonseca (Idib., p.109), “eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos”.

A chamada “fase heróica” refere-se aos primeiros 30 anos do órgão. De acordo a Angelita Berndt e Rossano L. Bastos (1996, p. 18), esta definição significa que

Nesta fase não havia condições de se atingir mais do que os objetivos citados abaixo:

- 1) Listar o patrimônio artístico, histórico, arquitetônico e paisagem natural, de maior importância.
- 2) Salvar alguns prédios e monumentos artísticos, que tenham entrado em estado de decadência.
- 3) Introduzir novas leis a nível nacional, não apenas em relação ao tombamento, mas também refere-se às consequências advindas deste processo, especialmente em propriedade privada.

Em 2 de janeiro de 1946 o decreto nº 8534 transformou o SPHAN em DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No período que vai de 1945 a 1960, marcado pela instauração de um governo democrático, a questão do patrimônio não foi tida como uma preocupação relevante por parte do Estado. Fonseca (Idib., p.139) aponta três problemas existentes na

instituição: “o desgaste do modelo implantado nas primeiras décadas”, “o caráter vitalício dos cargos do Conselho Consultivo” – resultando numa baixa renovação de sua composição – e o terceiro problema seria os adversários que, diferentemente de outros momentos, agora era marcado pela presença da “poderosa especulação imobiliária”. O contexto social, político e econômico do país havia mudado, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era algo que existia, mas longe das principais abordagens políticas.

Assim, a partir de 1965, no intuito de aliar seus interesses de preservação a um momento em que o tema em pauta no país é o desenvolvimento urbano e a modernização, a DPHAN – bem como outros países da América latina – passa a seguir as diretrizes da Unesco. As Normas de Quito aparece como a primeira alternativa à complicada relação preservação *versus* desenvolvimento econômico-social. No Brasil, o Compromisso de Brasília (1970) trata, dentre outras questões, da necessidade de criação de órgãos estaduais e municipais, articulados com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, no intuito de atuarem sobre a proteção dos patrimônios culturais regionais. O texto traz ainda algo interessante, que até o presente momento aparece como pauta de discussões a respeito do tema, a educação patrimonial. O texto diz

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular [...] (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p.02)

Isso mostra que havia uma necessidade não apenas de conservação e restauração de prédios. A produção de conhecimento a partir do patrimônio nacional, a valorização e o reconhecimento deveriam ser partes do processo.

Em 1970, o decreto nº 66967 transformou o DPHAN em IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Essa segunda fase do órgão se deu no período que vai de 1967 a 1979 (período em que o órgão foi presidido por Renato Soeiro). Fonseca afirma que

Durante a segunda fase do órgão, o foco da atenção passou mais para o tombamento de grupos de prédios no lugar de prédios individuais. Ou seja, esta fase caracterizou-se pela proteção de núcleos e centros históricos. O rápido crescimento urbano e a industrialização fizeram com que o IPHAN olhasse mais atentamente para uma nova política de preservação para grandes centros. Outras questões como o crescimento do turismo e a poluição também já eram contempladas pelo IPHAN. (FONSECA, *Ibid.* p. 19)

Um outro documento produzido no país, no ano de 1971, é o Compromisso de Salvador. Neste a preservação de conjuntos urbanos, paisagísticos e arquitetônico de valor cultural é objeto de criação de legislação complementar – segundo recomendado no texto. Como resultado, houve a criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas - PCH, em 1973⁵. De acordo a Simão (p.36) o PCH “vem refletir, politicamente, a necessidade de encarar as cidades possuidoras de um acervo cultural como organismos dinâmicos”

Já era tema de críticas o enfoque dado pelo IPHAN à preservação de monumentos que trazem a expressão da cultura luso-brasileira, considerada a cultura de elite.

Este momento que compreende a década de 70 em diante traz uma conceituação mais abrangente a respeito dos monumentos. Agora o olhar passa a voltar-se ao conjunto que compõe a paisagem, como está claramente recomendado no Compromisso de Salvador. Só agora é que no país passa-se a definir a questão dos patrimônios edificados de um modo mais abrangente, que compreende não só um imóvel e/ou outro isolado, mas a paisagem e a harmonia que o compõe enquanto cenário. É claro que esse entendimento no momento ainda se dava de forma primária, evoluído com o tempo, encontra-se em construção até os dias atuais.

Sobre essa evolução do pensamento referente a centros históricos e entorno Fonseca (Idib., p.198) cita o parecer do arquiteto Luiz Fernando Franco sobre o Centro Histórico de Laguna, que destaca o fato de seu tombamento se dar não por excepcionalidade dos bens, mas pelo valor documental referente à “história urbana do país”. De acordo a autora,

Foi essa nova visão de história que motivou a proposta desse mesmo arquiteto para a transcrição dos centros históricos inscritos nos livros Histórico e de Belas Artes para o livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. [...] Essa leitura entende esses bens realmente enquanto conjuntos, a partir da relação entre o meio geográfico, natural, e os grupos humanos que ocuparam aquele solo e nele deixaram vestígios. É uma idéia que já estava implícita no decreto-lei nº 25, de 30.11.37, que previa a união dos três valores em um só livro (arqueológico, etnográfico e paisagístico), e também no anteprojeto de Mario de Andrade, quando se referia às “artes arqueológicas e ameríndias”. Nessa perspectiva, *a história das cidades não se resume mais a história de sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente*, de modo a adequá-lo a seu projeto. Do mesmo modo, os bens culturais não seriam considerados apenas pelo seu valor paisagístico, também em

⁵ O PCH foi formado em meio ao IPHAN, Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e a Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

consonância com o que já propunha o parágrafo 2º do artigo 1º do decreto-lei nº 25, de 30.11.37 (“que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenha sido dotados pela natureza ou agenciados pela industria humana”)

A preservação de conjuntos arquitetônicos acaba por trazer a tona um fenômeno bastante moderno: a formação de centros históricos, ou melhor, de um centro que “parou no tempo” enquanto o restante da cidade modernizou, isso no caso das metrópoles, pois tem-se também a evidencia de cidades preservadas em seu todo, geralmente decorrentes do abandono, estagnação econômica e da evasão populacional. Ambos os casos comportam basicamente os mesmos potenciais (principalmente o turístico) e também os mesmos problemas.

A preservação desses organismos urbanos veio mostrar que o tombamento apenas, não se resume em si. As cidades preservadas continuam a portar uma sociedade atualizada, que possui um cotidiano, ambições, crenças, dentre outras características que dialogam com a tradição e com a globalização. Nem tudo numa cidade histórica é tradição, mas esta é indiscutivelmente muito mais exalante nesses lugares.

No âmbito internacional, considerando o valor cultural dos núcleos urbanos e levando em conta os riscos de degradação e descaracterização destes lugares, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOMOS, em 1987, redigiu a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, que “define os princípios e objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas (...)”. A Carta teoriza e tenta solucionar, por meio do planejamento de salvaguarda e outras ações, diversos conflitos que envolvem a gestão do patrimônio urbano. De um modo geral, planejar as cidades e bairros históricos requer estudos pluridisciplinares, manutenção dos conjuntos arquitetônicos visando a sua conservação e também a qualidade de vida dos habitantes.

A gestão de cidades preservadas deve (ou deveria) contar também com a participação ativa do poder público municipal. Atividades conjuntas entre as três esferas - Federal, Estadual e Municipal - possibilitam a eficácia do trabalho em torno da preservação. Em especial a gestão municipal (que lida com o dia a dia e as especificidades do local ao qual é responsável) poderia atuar de forma mais participativa. No entanto, na grande maioria dos casos, dão prioridades a outras questões também importantes (criação de postos de saúde, escolas e creches, comemorações, dentre outros), atribuindo as responsabilidades da preservação – e das ações sociais e educativas que são partes desta – aos órgãos estaduais e

federais responsáveis. A participação das prefeituras, quando se dá, geralmente surge de modo tímido, e quase sempre estão mais ligadas à economia, através do impulso ao turismo, do que à pesquisa e a produção e difusão do saber. Não que o potencial econômico que os bens podem desenvolver nestes locais sejam menos relevantes, mas o conhecimento e a difusão do mesmo é um direito inquestionável.

Se, como citado mais acima, o patrimônio urbano deixa de ser entendido apenas como um valor de arte, e passa a compreender (também) o universo histórico e social, caracterizando-se como um documento a ser analisado e interpretado, então é correto o enfoque não só na parte tangível, mas também no cotidiano, nas relações e em todo o universo intangível que dá vida ao lugar. Sendo assim, tem-se um pólo de conhecimento em potencial, ou seja, para os indivíduos ali inseridos o questionamento a respeito da “falta de modernização” local pode despertar a curiosidade e levá-lo a busca de informações a respeito daquele universo simbólico, contribuindo assim para sua formação enquanto ser. Além disso, a atração que esses lugares exercem sobre pesquisadores e curiosos legitima a aptidão turística e a possibilidade do desenvolvimento econômico por meio deste mecanismo.

Mais questões relevantes envolvem a existência de cidades históricas brasileiras, como a gestão, o planejamento, a educação, o social, a tipologia do parcelamento do solo, entre outros, no entanto estas questões serão abordadas nos capítulos seguintes, tendo como base para a reflexão o município de Cachoeira – Ba.

CAPITULO 2

A Cidade de Cachoeira: formação e preservação do seu patrimônio

2.1 Breve apresentação histórica da cidade

A cidade de Cachoeira – Ba é marcada por significativa participação na história da Bahia e do Brasil. Desde o início, quando suas terras foram doadas por D. Álvaro da Costa⁶ ao fidalgo português Paulo Dias Adorno, o lugar já destacara-se por possuir terras férteis ao plantio de cana-de-açúcar⁷ e localização privilegiada⁸. Este por sua vez foi o fator determinante no desenvolvimento da economia local. Para a construção da residência, senzala, capela⁹ e engenho dos Dias Adorno, foram trazidos, segundo Francisco José Mello (2001), “não se sabe quantos escravos foram trazidos por Paulo Adorno, porém acredita-se que acima de 150 escravos, pois só o trabalho do engenho exigia 50 homens”. Aos poucos foi surgindo a população e, em 1698 foi criada a Vila de N. Senhora Do Rosário do Porto da Cachoeira.. Era a segunda vila da Capitania, sendo a primeira a vila de São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde.

José Péricles Diniz Bahia afirma que

Entre os séculos XVI e XVIII a cidade foi desenhando um perfil de exploração agrícola que concentrou nas cidades de Muritiba, Cruz das Almas e São Gonçalo as plantações de fumo e mandioca, reservando as demais para a monocultura da cana-de-açúcar. As lavouras de cana-de-açúcar, algodão e fumo foram as primeiras e por muito tempo as mais importantes fontes de exploração econômica, demandando grande contingente de mão de obra escrava, que daria contornos novos a formação de sua identidade cultural. (DINIZ, 2007, p.04)

A exploração da mão-de-obra escrava, o porto, o comércio por meio do transporte fluvial pelo Rio Paraguaçu e a localização de Cachoeira, possibilitaram o alcance de relevante prosperidade no século XIX. Nesse período, Cachoeira era a vila considerada de maior importância da província, e projetou-se também na política

⁶ Filho de Duarte da Costa (2º Governador Geral do Brasil)

⁷ Terra denominada Massapê

⁸ A cidade era um ponto de ligação entre o Recôncavo e o Sertão. Por ela convergiam três vias de estrada: a Estrada Real do Gado (por onde eram conduzidas as boiadas do Piauí), a Estrada de Minas (que direcionava à Chapada Diamantina, Minas e Goiás) e a estrada que destinava ao sul da Província. Como foi dito acima, a região encontrava-se em local privilegiado para o plantio. Nesse sentido o desenvolvimento da cultura do tabaco e cana-de-açúcar, produtos de exportação, deram impulso ao potencial econômico da região.

⁹ Nossa Senhora do Rosário (atualmente denominada Capela de Nossa Senhora D'Ajuda)

nacional¹⁰. Por meio de decreto provincial, Lei nº 43, em 13 de março de 1837, Cachoeira passou de Vila à categoria de cidade, a Heróica Cidade da Cachoeira. A Lei nº 43 foi assinada por Francisco de Souza Paraíso, então presidente da Província da Bahia.

Assim como a grande maioria das cidades históricas no país, Cachoeira passou por um período de estagnação econômica. Em meados do século XX, a cidade experimentou, segundo Francisca Marques,

[...] lenta decadência devido a uma série de fatores, dentre eles o enfraquecimento do comércio local pela construção de rodovias e o fechamento de seus principais armazéns de fumo e fábricas de charuto, o que gerou desemprego e, conseqüentemente, a pobreza. (MARQUES, 2008.)

Desse modo, não sendo mais o porto o local de transações econômicas, o comércio que uma vez foi favorecido por este meio (o fluvial), agora é prejudicado pela modernização. A utilização do transporte rodoviário agiliza o comércio em todo o país, enquanto isso Cachoeira experimenta o período de crise econômica. Sobre isso Caminhos do Recôncavo traz uma abordagem sobre a intenção de “viabilizar a expansão da indústria automobilística, o governo de Juscelino Kubitschek fomentou a implantação de grandes troncos viários interligando o país via rodoviária”, e cita Mello:

Cachoeira era o único interposto entre Salvador e as regiões do alto sertão e Chapada Diamantina para embarque e desembarque das mercadorias que chegavam via marítima e eram embarcadas nos trens da leste com destino para as citadas regiões. Tal movimento era gerador de empregos para funcionários das empresas de Consignação, despachantes, carregadores, estivadores, carroceiros, empregados de hotéis que hospedavam os passageiros em trânsito vindos do Alto do Sertão e Chapada Diamantina para Salvador e vice-versa. Com a abertura das rodovias, as mercadorias passaram a ser enviadas diretamente, em caminhões, até a porta do comerciante, que antes utilizava a rota ferroviária Salvador/Cachoeira/Alto do Sertão/Chapada Diamantina. Houve, então, o esvaziamento do interposto, e, com ele, o fechamento dos escritórios de consignação, queda no movimento de hotéis e comércio (MELLO, apud CAMINHOS DO RECÔNCAVO op.cit., p.38)

¹⁰ Antes da consolidação da Independência da Bahia, em 1822, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, em 25 de Junho de 1822, levantou-se contra as tropas portuguesas, declarando-se território livre de Portugal. Declarou Dom Pedro, Príncipe Perpétuo Regente do Brasil. Durante a Sabinada (1837-1838) foi sede do governo legal. Nesse contexto de lutas surgem os chamados “heróis” cachoeiranos que por destacarem-se em suas ações serão lembrados com orgulho pela população ao longo do tempo. São exemplos desses heróis: Maria Quitéria (mulher que, transvertida de homem, luta junto às tropas locais), Ana Néry (enfermeira que participa da Guerra do Paraguai), dentre outros.

Outro sério problema enfrentado por Cachoeira são as inundações pelo Rio Paraguaçu, e no século XX este será mais um agravante no empobrecimento local. Em 1967 as fábricas de charuto Leite Alves e Suerdieck serão fechadas desempregando cerca de mil operários.

Com tudo isso, houve uma considerável evasão de jovens, e muitas famílias, na busca de trabalhos e estudos em outras regiões da Bahia e do Brasil. Aos poucos o final do século XX se concretizou num empobrecimento gradativo e, de certa forma, o “esvaziamento” da cidade.

Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, pelo Decreto-Lei nº25, de 30 de Novembro de 1937, a cidade de Cachoeira teve alguns de seus casarões tombados individualmente. A partir da década de 70 a cidade foi tombada como sítio histórico, ou seja, preservada no seu todo paisagístico e com isso, além de Heróica, passou a Cidade Monumento Nacional. Nessa mesma década foi implantado o escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Houve também nesse período a chegada do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, que possui fundamentalmente os mesmos objetivos do IPHAN, só que em nível estadual.

De acordo a Maria P. J. Rodrigues

[...] em 1938 ocorreu o tombamento do Conjunto do Carmo (composto pela Igreja do Carmo, Convento e a Casa de Oração da Ordem Terceira) que pela riqueza arquitetônica e artística foi registrado nos Livros Históricos e de Belas Artes (FLEXOR, 2007). Posteriormente foram tombados a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário em 1939. Imóvel nº 34 na rua Sete de Setembro em 1941 e Imóvel nº 17 na Rua Benjamin Constant em 1943. (RODRIGUES, 2009, p.04)

O tombamento de Cachoeira enquanto ‘Conjunto Arquitetônico e Paisagístico’ se deu em 1971 sob influência do documento “Compromisso de Brasília”, sobre isso Rodrigues aponta

Sob a influência do documento o “Compromisso de Brasília” (...) o Presidente da República Emílio G. Médici aprova o processo 843-T-71, instituindo o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira – Ba. Efetivado pelo decreto nº 68.045 em 18 de Janeiro de 1971 e constando no Livro do Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico [...] (RODRIGUES, Idib, 05)

Em 2002 a cidade foi beneficiada pelas ações do Programa Monumenta. Segundo Rodrigues,

Em 2002 as ações do Programa Monumenta foram iniciadas em Cachoeira, sob a coordenação da filial no município da 7ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em associação com o Escritório Regional do Recôncavo do IPAC e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com intenção de restaurar imóveis do centro histórico que encontrava-se em estágio avançado de deterioração, muitos em ruínas. (RODRIGUES, Idib, 06)

Dos períodos de glória, a segunda metade do século XX herda apenas um patrimônio imponente, composto por prédios coloniais, ruas, becos, ladeiras e praças. Ficam vivas também a cultura imaterial, destacadamente as religiões, tradições e crenças de matriz africana, bem como as católicas, e acima de tudo o orgulho dos cidadãos locais por um passado marcado pelo heroísmo. Apesar de tudo, a população e sua dinâmica interna ainda traz características marcantes, com a existência de festas tradicionais reconhecida em todo o país (a exemplo do São João).

2.2 O Patrimônio Edificado de Cachoeira

Cachoeira é uma cidade que possui um significativo patrimônio (material e imaterial), reflexo de uma sociedade diversificada que compunha a Bahia dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, e que continua a compor uma dinâmica social atual. Chama a atenção os monumentos que compõem sua paisagem. São edifícios imponentes, com sua quase totalidade em estilo barroco, como se pode notar nas imagens¹¹ a seguir.



Figura 1: Praça da Aclamação



Figura 2: Capela D'Ajuda



Figura 3: Praça da Aclamação



Figura 4: Santa Casa de Misericórdia

¹¹ Imagens: Gislaine Calumbi.



Figura 5: Rua 13 de Maio

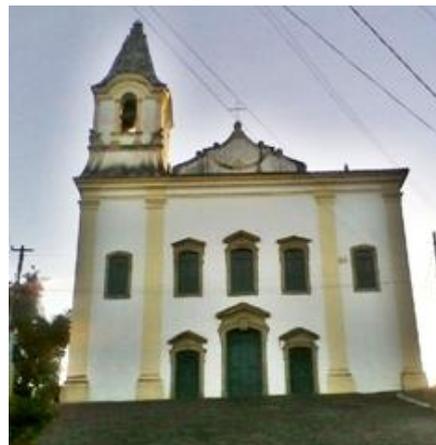


Figura 6: Igreja do Monte

O traçado das ruas e seus monumentos em Cachoeira remetem à presença portuguesa. Destaca-se também na cidade a cultura imaterial. Suas tradições são fortemente marcadas pela influência africana. Tem-se nesse contexto o candomblé, a Irmandade da Boa Morte, os grupos de samba de roda como o de Dona Dalva, Esmola Cantada, Filhos do Caquende, Filhos da Barragem, entre outros. Além disso, há os chamados “filhos ilustres”, ou seja, pessoas que por algum feito ou motivo relevante ganhou importância e acabou por destacar-se, e por isso foram reconhecidas, permanecendo assim na memória popular, são exemplos destes: Ana Néri, André Rebouças, Augusto Teixeira de Freitas, Ernesto Simões Filho, Maria Quitéria, Manoel Tranquilino Bastos, Edson Gomes, Sine Calmon, etc.

Bem como a grande maioria das cidades que preservou o seu patrimônio arquitetônico, Cachoeira passou por um período de estagnação econômica, fato este que favoreceu a preservação de seus bens culturais. Seria complicado criticar essa estagnação, ou melhor, o abandono dos seus bens (especialmente os bens imóveis). Muitos autores atentam para o fato de o IPHAN, num primeiro momento, não considerar esses núcleos como cidades reais, com sua dinâmica social, mas como obras de arte que precisam de proteção. No entanto, é preciso entender a atuação do IPHAN a partir do pensamento da época, e não por meio de uma análise anacrônica, isto é, partindo de parâmetros contemporâneos para compreender uma realidade passada.

De fato, nem todas as cidades que passaram ou passam por abandono e crise necessariamente manteve seu patrimônio preservado¹². Da mesma forma, é

¹² Um exemplo muito próximo, o município de Muritiba não é tombado, porém encontra-se numa estagnação econômica ainda mais forte que em Cachoeira. A liberdade dos proprietários de imóveis em utilizar-se de reformas é evidente, mas para além disso é bom ficar claro que a preservação não é um fator único e determinante da não modernização das cidades, antes há questões, principalmente políticas e econômicas, envolvidas.

inimaginável que todas as cidades sejam desenvolvidas. Por isso, compreender o processo pelo qual a preservação do patrimônio edificado cachoeirano se manteve e mantém ao longo dos anos, e como isso se dá no cotidiano local é de grande relevância ao entendimento da cidade enquanto Monumento Nacional.

O desenvolvimento econômico não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento social. Este, segundo Leonardo M. Mesentier¹³ (p.05), pressupõe “um amplo processo de superação das carências econômicas, políticas, sociais e culturais”. O desenvolvimento social tem como pressuposto o aprimoramento da aprendizagem, e esta não se dá sem as lembranças, ou melhor, sem a memória.¹⁴

Uma cidade preservada possui as marcas de culturas diferenciadas formadoras de um patrimônio heterogêneo que compõe o todo. No entanto, não é pretensão nesta pesquisa abordar todo o complexo sistema patrimonial que compõe a cidade de Cachoeira, e sim refletir especificamente a respeito do seu patrimônio edificado.

De certo, a visibilidade dos bens edificados é um fato inquestionável. Primeiramente, ao olhar uma construção de valor histórico e artístico, é notório a sua presença e distinção, já que sempre possuem características estilísticas que diferenciam-se das demais construções civis modernas. Além do belo, o monumento histórico carrega o valor da representatividade, isto é, o processo de sua construção e permanência ao longo dos anos, sua utilização social e demais contextos no qual se insere ou esteve inserido em algum momento. Tendo em vista essa representatividade dos prédios Tiziano M. Charotti, reflete acerca da seguinte afirmação de Zarankin.

Os prédios são objetos e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são uns simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são partícipes ativos na formação das pessoas. Dito de outra forma, a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de transformá-la em ‘real’ (material), para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material. Assim, se considerarmos que os prédios são formas de comunicação não-verbal, então estes podem ser lidos. (ZARANKIN, apud CHIAROTTI, 2005, p.313)

¹³ Arquiteto do IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Doutor em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ, Prof. da **Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Metodista Bennett**. O artigo usado aqui como referência não está datado.

¹⁴ Se a roda e a máquina a vapor foram decisivas para o desenvolvimento da humanidade, também foram fundamentais a escrita, a organização das bibliotecas e, seguindo nesse caminho até chegar ao computador, a criação dos mais variados tipos de suportes da memória social, por que estes instrumentos ampliaram a capacidade e aceleraram o processo de aprendizagem social. (Mesentier, p.05)

Desse modo, nota-se que os bens edificados aparecem no contexto urbano não apenas como ilustrações do passado, algo velho e desprovido de questionamentos (apesar de muitas vezes ser assim encarados por muitos indivíduos). As construções que sobrevivem aos anos e às ameaças impostas pela modernidade possuem valor de documento, de identificação cultural e de representatividade – não é apenas ilustrativo, podem e devem ser lidos e interpretados –. Complementando essa afirmação Charotti, baseado no que foi citado acima, ainda argumenta,

O prédio, segundo esta ótica, não é simplesmente algo passivo, não serve somente para refletir uma sociedade, mas é um objeto social carregado de valor e sentido. Ele é um elemento ativo na formação das pessoas, pois representa o pensamento humano numa forma mais palpável. Para o autor, portanto, um edifício expressa uma comunicação não verbal, dotada de vários valores e significados, que são transmitidos mediante um discurso material, concretizados na realização mesma da edificação. Destarte, este discurso pode ser lido como um texto qualquer. (CHAROTTI, Idib. p. 313)

O espaço, o ambiente e o lugar no qual se insere uma determinada comunidade humana é sempre modificado de acordo as suas necessidades. Sobre essa questão é interessante observar a análise que Charotti faz a respeito, segundo este autor

Parte da história da civilização humana pode ser vislumbrada por meio de suas construções, elaboradas para resolver ou solucionar um dado problema, como também através da conquista da natureza pelo homem. Assim, percebe-se o mundo por meio de uma série de fixações no espaço que se denominam “lugares”, de acordo com Coquelin (s/d), Bachelard (1975), Parker Pearson e Richards (1994) e Viñao Frago (1998).

De acordo com esses autores, o espaço só é domesticado totalmente quando se transforma em lugar, isto é, quando ele é conhecido, ocupado e utilizado. De modo que a distinção que se pode fazer entre essas duas noções é a seguinte: quanto à noção de espaço, ele é algo não conhecido, não ocupado nem tampouco utilizado, que não sofreu interferência humana; ao passo que o lugar é justamente o contrário.

[...] Nas noções apresentadas, o espaço seria a planta do edifício, enquanto lugar seria construído e reconstruído pelos diferentes esquemas de utilização praticados. (CHAROTTI, Idib., 314-315)

Sendo assim, compreender o ‘lugar’ é entender a sociedade que o construiu. Não se trata de um espaço qualquer, mas de lugares e, portanto, de pessoas. A cidade é um lugar, ou melhor, uma organização constituída por ‘lugares’. Desse modo, a preservação dos edifícios que compõe o patrimônio cultural urbano consiste na salvaguarda de ‘lugares’. São estes, portanto documentos relevantes à pesquisa e

entendimento das gerações, sujeitos a várias interpretações, tanto no campo do conhecimento científico quanto na vida das pessoas que o habitam ou o visitam.

2.3 A cidade como documento

O que é a cidade? De acordo a Leonardo Benévolo,

A palavra cidade é adotada em dois sentidos para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Próximo Oriente e que desde então se identifica com a sociedade civil; ou então para indicar o cenário físico desta sociedade. A distinção é importante pelo motivo prático que o cenário físico de uma sociedade é mais duradouro do que a própria sociedade e pode ainda encontrar-se – reduzido a ruínas ou em pleno funcionamento – quando a sociedade que o produziu já há muito desapareceu. (BENÉVOLO, 1984, p. 15)

A cidade então não está resumida ao espaço. Na realidade a cidade é o espaço conhecido, ocupado e manipulado pelas pessoas que nele vive, constituindo-se assim num lugar, ou seja, num espaço que sofreu interferência humana.

Mas a cidade também significa, como citado acima, uma organização “concentrada e integrada” identificada pela sociedade civil, que é responsável por fazer com que exista ‘o lugar’. E por vezes, quando a sociedade já inexistente, é por meio da análise sobre as formas de ocupação do espaço e dos objetos arqueológicos que se dará o entendimento sobre diversos aspectos referentes à sua existência. Benévolo (Idib., p.19) já destacara que “o esqueleto do dinossauro é uma parte física do dinossauro inteiro, ao passo que o cenário urbano é um apetrecho do corpo social, a ele ligado por relações funcionais menos diretas e mais complicadas”.

A memória social, construída ao logo do tempo e das gerações, tem nos suportes materiais um meio de transmissão. Sua construção revela que se há lembranças é porque há esquecimentos. Os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial são suportes materiais diários que servem de referência para a construção da memória social e a identidade cultural. Esta, por sua vez baseia-se na memória, que segundo Giumar Arruda (2000, p.41), “não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado”

Em áreas urbanas preservadas, o contato das pessoas com o seu patrimônio possibilita que estas vivenciem a memória coletiva. Para Mesentier,

Na dinâmica do processo de construção da memória social, em uma formação sócio-territorial, este caráter público favorece tendências à

socialização, por que possibilita a apreensão do *sentido de história [grifo deles]* por todos, coletivamente e não só por historiadores e amantes dos livros de história e por que os lugares patrimoniais ativam o sentido de história no cotidiano, a partir de um processo sensível, que dispensa o aparato intelectual próprio da compreensão que se dá através da forma racional. (MESENTIER, p.12)

De fato, não precisa ser amante de história e das artes para se fazer perceber a influência que estes lugares exercem sobre a captação de um sentido histórico neles. Histórico porque existe uma trajetória, uma cronologia, um tempo no qual se forma a sociedade. E esta se modifica com o passar das épocas, mas suas experiências não são esquecidas, mesmo em casos de áreas urbanas abandonadas os bens edificados que a compõe carregam as referências a um passado. Segundo Arruda (Idib., 42), “pode ser que a memória de uma paisagem, sua descrição e interpretação, permitam que investiguemos as lembranças dos homens que não produziram ou deixaram documentos escritos sobre sua existência.”

Como um corpo, as áreas urbanas preservadas são compostas não apenas pelos bens arquitetônicos, mas por vários artefatos que formam o todo. E embora constantemente se faça referência aos edifícios imponentes pertencentes à classes abastadas, a cultura material e imaterial das demais classes se dá, pode-se dizer que, de modo vivo. Digo ‘vivo’ por que a face imaterial do patrimônio que compõe as cidades históricas se consumam no cotidiano, modificam-se os modos e jeitos, pois a dinâmica é parte do processo natural da humanidade – a mudança –, mas a memória social permite a manutenção de informações relevantes a respeito dos povos que a produz. Na cidade de Cachoeira é possível tomar vários grupos para melhor compreensão. A Irmandade da Boa Morte, por exemplo, é uma organização de mulheres negras idosas. Por meio da religião, caracterizada pela utilização de elementos católicos e do candomblé, essa irmandade preserva vasto conhecimento social por meio da memória, tendo na oralidade seu principal meio de preservação e transmissão.

Se for pensar na cidade como um documento é notório a inesgotável riqueza de possibilidades a serem trabalhadas. Um objeto, ou um segmento do patrimônio urbano pode ter variadas interpretações acerca de sua cultura, economia, história, arte, dentre outros. O patrimônio edificado é um objeto dentre muitos outros que compõe a cidade. Uma característica fundamental dos edifícios é que eles são pioneiros na formação do espaço urbano. Os homens, independentemente de suas posições sociais, precisam de moradia, e não se constroem cidades sem construir casas.

A preservação do patrimônio acontece por meio da seleção. Não há como preservar todos os elementos da cultura de um povo. Essa seleção se dá no âmbito do poder público, por meio de políticas públicas que fomentam (ou pretendem fomentar) a salvaguarda e suas funções sociais. Como dito anteriormente, a seleção do que será preservado – ou seja, os suportes que serão colocados como referência para a memória – levanta a escolha do que não será preservado, ou melhor, do que será esquecido. Essa construção da memória e do esquecimento é resultante da ação dos atores políticos, e é objeto de disputa por parte destes, que encaram as cidades históricas enquanto detentoras de bens com valores artísticos e culturais.

2.4 A cidade de Cachoeira enquanto núcleo urbano preservado

Quando nos referimos a “centros históricos” logo questionamos qual o seu significado, já que tudo e qualquer feito humano é histórico. É muito frequente a existência de núcleos urbanos antigos nas cidades. Paulo Peixoto em sua tese “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades” defende que

Na verdade, quanto mais nítidos são os indicadores de transformação, mais acentuada parece ser a sensibilidade suscitada relativamente à urbanidade, aos signos que a tipificam e a uma idéia abstrata de patrimônio que os “centros históricos” parece reificar. Quanto mais rápida e acentuada são as mudanças, e mais visíveis e reais se tornam os efeitos da urbanização, maiores são a sensação de perda e a tentação para imaginar um passado harmonioso que, supostamente, se teria desenrolado nos “centros históricos”. (PEIXOTO, 2003, p.212-213)

Desse modo, as áreas urbanas destinadas a manutenção de características estéticas, documentais e paisagísticas, fogem do suposto trajeto natural da modernidade, suas transformações e exigências. O centro histórico se caracteriza como um espaço delimitado, selecionado dentre outros espaços e, portanto escolhido para servir como referência ao intelecto, ao histórico, ao estético, ao simbólico e ao cultural. São lugares que ficam destinados à preservação – e logo à memória, à história e à reflexão –. Além disso, o centro histórico não se constitui unicamente pelo cenário físico e visual, mas também pela existência de fatores intangíveis (cultura imaterial) que dão vida e sentido à preservação, já que o intuito nesse processo é o do entendimento das relações dos homens entre si (na sociedade) e com o mundo no qual o mesmo está inserido.

Existem lugares onde o centro histórico se mostra destacadamente desconexo do restante da cidade. Isso se dá especialmente em áreas metropolitanas,

com população composta por mais de cem mil habitantes, como Salvador, por exemplo, que tem um centro histórico delimitado, o Pelourinho, inserido num contexto extremamente diverso que é o restante da cidade, predominantemente moderna e verticalizada. Por outro lado, quando tratamos de cidades históricas como Cachoeira, nos deparamos com um todo preservado, que comporta num mesmo espaço passado e presente.

Uma característica marcante da configuração espacial das cidades históricas brasileiras é a tipologia de parcelamento do solo. Cidades coloniais (como Cachoeira), carregam as seguintes características:

- logradouros estreitos, testadas pequenas correspondendo a lotes muito estreitos e compridos, implantação das edificações no alinhamento das ruas e sem afastamentos laterais, grandes quintais aos fundos dos terrenos, que em seu contexto tinham significado e não possuíam caráter depreciativo pois respondiam as necessidades da época e resultavam em edificações com boas qualidades ambientais e estruturais. (SIMÃO, 2001, p. 39)

Essa tipologia difere-se fortemente dos modelos de construção e ocupação do solo característicos das cidades do século XX. E, é nesse ponto que encontra-se a grande polêmica questão da propriedade. Enquanto os moradores das cidades preservadas reclamam da restrição da liberdade de modificação dos seus bens, o valor social embutido a esses bens é reconhecido por parte da população, enquanto uma outra parte julga-o como desnecessário.

De acordo a Constituição Federal de 1988, art. 182,

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Enquanto o Poder Público municipal tem o papel de regulador do uso do solo urbano, em cidades preservadas, recai ao IPHAN o papel de regular e fiscalizar as propriedades inseridas na ambiência preservada. No entanto, segundo Simão

É bom registrar que o tombamento não priva do direito de propriedade os cidadãos, mas impinge ao imóvel restrições administrativas pelo caráter social adquirido quando considerado bem de valor público. (SIMÃO, Idib., p. 41)

O direito de propriedade não é algo irrestrito ao contrário do que muitos cidadãos pensam. Existem regras de utilização do espaço urbano impostas na legislação municipal, principalmente sobre o uso do solo. Certamente esse “costume”

brasileiro, conforme Simão denomina, de pensar seus imóveis tendo em mente uma liberdade plena pode estar relacionado ao fato de nem sempre o poder público municipal agir eficazmente enquanto fiscalizador e regulador do patrimônio. Sobre isso Simão faz uma reflexão interessante.

Foram muitos os anos de convívio com o PHAN sob a égide do protecionismo, quando os bens patrimoniais eram encarados como obras de arte cujo uso deveria tão somente garantir a integridade desses bens. A mudança teórica não bastou para alterar o entendimento e o sentimento das pessoas. A atitude dos governos municipais reproduzia (e ainda reproduz!), também, o comportamento da população. Poucos são os administradores municipais que assumiram, realmente, o papel de gestor do patrimônio cultural de suas cidades tombadas. Eles tomavam para si o papel de administrar as demais questões municipais. A preservação do patrimônio, entretanto, era função do PHAN. Ou, por muitas vezes, colocavam-se contra a preservação desses bens. A não apropriação dos bens culturais pelas populações, como já apregoado pelo prof. Aloísio Magalhães, é um grande entrave para a sua preservação. (SIMÃO, *Idib.*, p. 44)

O poder público municipal quase sempre trata a cultura local relacionando-a com o turismo, como se uma coisa resultasse inevitavelmente de outra. No entanto, é válido destacar que a preservação do patrimônio cultural de um povo não se faz necessariamente para o turismo apenas. Os bens carregam valores diversos (e complementares) e dão sentido à preservação. As atividades turísticas que se faz tendo como referência esses bens é um meio de viabilizar economicamente o local, de modo que quando se trata de 'cidades históricas', como Cachoeira, o turismo é cultural e deve se adequar às necessidades locais, isto é, nessas cidades é preciso fugir do turismo de lazer que adapta os seus serviços às necessidades do turista.

Tratar do patrimônio cultural urbano consiste em lidar com questões subjetivas, de sentimento das pessoas. Por isso deve ser algo constante e dinâmico na vida destas, a fim de estimular a valorização da identidade cultural.

É possível questionar a duração das cidades históricas. Muitas vezes estas gradativamente formam centros históricos. Digo isso por que apesar de entendida como "Cidade Monumento Nacional", Cachoeira já exprime um crescimento populacional notório. A vida se desenrola ainda no espaço preservado, mas caminhando um pouco mais por ladeiras e novas ruas, e também observando a cidade a uma distância, percebe-se a existência de ruas compostas por casas populares recentes, muitas ruas mal planejadas e longe de uma conexão com a área de atuação do IPHAN. Sobre essas novas ruas pode-se citar: Novo Rumo, Nova Esperança, Vila Morumbi, Viradouro, Cuicuí (Caboclo, São Cosme e Damião e de Brito), Vila São Benedito, etc.



Figura 7: Novo Rumo

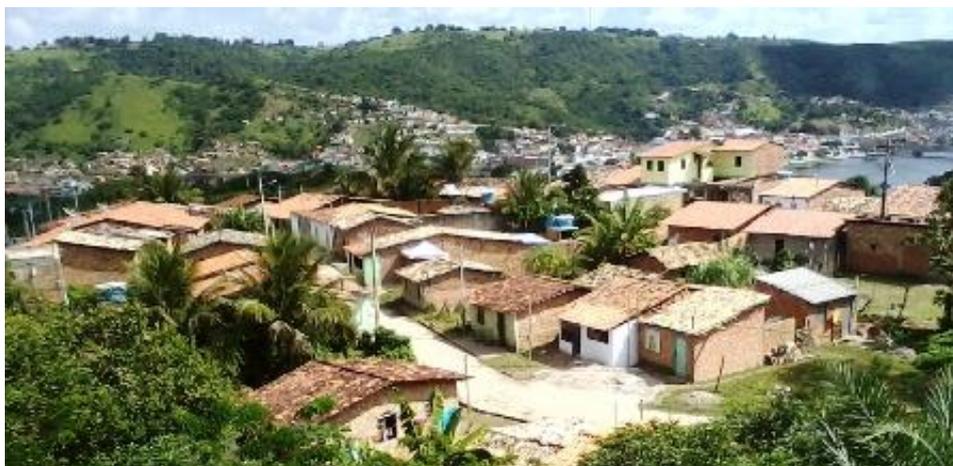


Figura 8: Novo Rumo



Figura 9: Avenida São Diogo



Figura 10: Ladeira Manoel Vitorio

Essas ruas não comportam condomínios e prédios verticais a semelhança de muitos encontrados nas metrópoles, porém apresentam formas atuais de construção, com caráter simples.

As áreas urbanas preservadas estão constantemente ameaçadas pela descaracterização e deterioração do seu patrimônio material por diversos motivos, dentre eles a globalização, o urbanismo típico da industrialização e a massificação da cultura. Além desses, ainda outros fatores vêm complementar os riscos, são estes o descaso muitas vezes das autoridades, a falta de interesse em investir na produção do saber através do patrimônio, a falta de conhecimento tanto de parte da sociedade quanto de parte das autoridades.

Segundo a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas¹⁵, redigida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) em 1987, “a salvaguarda das cidades e centros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social”, e a

¹⁵ Carta de Washington

participação 'ativa' e envolvimento da sociedade é imprescindível à eficácia da salvaguarda. A participação 'ativa' da população diz respeito ao conhecimento desta e consideração de suas necessidades e sentimentos. A salvaguarda deve se efetivar numa troca mútua, tanto por parte dos que teorizam sobre o assunto, ou seja, os intelectuais e estudiosos que pesquisam sobre a sociedade que envolve e/ou envolveu a existência de determinado conjunto de bens, como também a consideração do que isso é para a população que lida com esses bens no seu cotidiano e na sua vida em si.

Nota-se que ao tratar da questão "preservação" é unânime a abordagem referente ao entendimento popular sobre o processo, mesmo porque a cidade é constituída de determinados bens que refletem a dinâmica de sua sociedade, e nada mais racional do que a apropriação por parte desta. O que muitas vezes se torna uma questão complicada. O que fazer para que a população como um todo (diverso, complexo e em certas questões, conflituoso) aproprie-se do que é seu por direito? Como explorar o potencial dessas cidades? já que nesse sistema capitalista em que vivemos tudo gira em torno do consumo, e o turismo aparece como um propiciador e ao mesmo tempo pode ser uma ameaça.

Ainda de acordo à Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas

O planejamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos, e definir as principais orientações e modalidades de ação a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro. O plano de salvaguarda deverá definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar quais os edifícios ou grupo de edifícios a serem especialmente protegidos, a conservar em certas condições e, em circunstancias excepcionais, a serem demolidos. O estado em que se encontram os sítios antes de qualquer intervenção será rigorosamente documentado. O plano deveria beneficiar da adesão dos habitantes. (CARTA DE WASHINGTON, 1987, p.2.)

Os estudos pluridisciplinares devem ter seus resultados publicados de alguma forma. Não é democrático a realização destes estudos se os seus resultados ficarão restritos ao corpo técnico do IPHAN, ou em publicações de difícil acesso. Uma sugestão interessante seria a criação de um espaço destinado à disponibilização de material com conteúdos referente à cidade, dentro de suas diversas abordagens, garantindo assim o estímulo à pesquisa. A cidade histórica é um documento, e sua potencialidade dentro do campo conceitual deve ser amplificada, para que o local possa ganhar ainda mais visibilidade.

No tocante a questão do entorno dos monumentos tombados, tem-se uma legislação que é feita caso a caso. A própria noção de entorno, que num primeiro momento consiste em preservar a visibilidade do bem para garantir a manutenção de sua ambiência, tornou-se uma questão bem mais complexa, pois atualmente a abordagem não se resume exclusivamente à arquitetura.

A cidade de Cachoeira bem como demais cidades preservadas, podem ser compreendidas como lugares nos quais a preservação vai muito além da questão histórica, arquitetônica e artística. Seu cotidiano exprime uma realidade política, econômica, social e cultural, que às vezes parece estar estagnado no passado, mas que na verdade continua a ser escrito pela sociedade, mesmo que muitas vezes a mesma não se atente a isso e continue se afigurando numa memória ou numa história, marcada por heroísmos.

A história de Cachoeira continua em processo, mesmo quando sua estagnação econômica esteve em destaque no século XX, a sociedade manteve características culturais, movimentações populares e saudoso orgulho de pertencimento ao lugar. Os periódicos municipais do século XX mostram uma sociedade que saúda um passado glorioso e ao mesmo tempo preocupa-se com os rumos locais. O anúncio encontrado no jornal ‘A Cachoeira’, da década de 1970, comprova tais preocupações, como ilustra a imagem a seguir.



Figura 11: Jornal A Cachoeira, 05/07/1972

Como se pode notar, em destaque tem-se a frase “Cachoeira Capital da Bahia” visivelmente como um destaque especial ao fato de Cachoeira possuir determinada relevância ao estado da Bahia. Em seguida, como um subtítulo tem-se “Após um sesquicentenário **somos** lembrados e exaltados por um grande governador”, o termo em destaque (somos) aponta para a voz da sociedade, que entende a sua participação na história da Bahia e do Brasil, e por isso quer expor aos

demais que aquele lugar (Cachoeira) não é simplesmente mais um município do interior, mas um local no qual há rica herança cultural.

Com a entrada do século XXI, um acontecimento que tem peso em Cachoeira é a chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, com o Centro de Artes, Humanidade e Letras. A partir disso a cidade passa então a ser pensada, estudada e analisada sob diversos olhares (acadêmicos) e de modo bastante enfático. Mas será que a atual geração que compõe a sociedade cachoeirana está de fato inserida nesse vasto campo do saber que envolve a cidade? Essa sociedade agora é agente ou objeto de pesquisa? Quem são os cachoeiranos que de fato possuem voz ativa no campo do conhecimento formal e também no saber fazer imaterial da cidade? Será que estas pessoas são ainda aquelas do século XX? E como estão as gerações mais recente diante desse contexto?

Não teremos aqui (ainda) a resposta a essas questões. Mas por meio destas ocorre uma reflexão. A parte mais importante desse processo de preservação/produção do saber é a sociedade inserida no mesmo. É inquestionável a urgência de um trabalho de conscientização, principalmente da juventude cachoeirana, sobre sua cultura, seus valores e suas potencialidades. Esse trabalho deve ser contínuo e eficaz. Poderia ser matéria obrigatória nas escolas, por exemplo.

Mas será que Cachoeira hoje tem uma estrutura mínima para atender a quem busca o conhecimento? Refiro-me a instituições informacionais, como biblioteca, arquivo e museu. Essas instituições detêm informações primordiais à boa formação educacional, cultural e identitária do cidadão, servem à população em geral, principalmente aos que estão em busca pelo saber, como professores e estudantes de variados níveis (fundamental, médio e superior), além de pesquisadores que constantemente se valem desses lugares para seus trabalhos.

Mas em Cachoeira existem instituições desse caráter? Analisemos individualmente:

BIBLIOTECA: A Biblioteca Pública Municipal existente é a “Biblioteca Ernesto Simões Filho”. Inaugurada na década de 70, essa biblioteca encontra-se defasada, posta numa sala de um imóvel no qual funcionam outros órgãos. A sala não responde aos requisitos básicos para a conservação do acervo bibliográfico e não há documentação, inventário ou qualquer outra forma de controle do seu uso, apenas a lista com assinaturas das pessoas que a visitam. Além disso, não existem técnicos capacitados trabalhando no local, como um bibliotecário por exemplo.

ARQUIVO: O arquivo público de Cachoeira encontra-se numa situação pior que a biblioteca pública municipal. O acervo, guardado em caixas de papelão, mostra-se num avançado estado de deterioração. Alguns sem condições de serem

manipulados. Além disso, o imóvel em que funciona o arquivo não tem espaço para que os cidadãos interessados possam acessar o acervo. Por esse motivo, há um controle de pessoas que pesquisam no espaço, podendo ficar no local apenas três pessoas (no máximo). Assim como na biblioteca municipal, não há técnicos especializados para cuidar do arquivo.

MUSEU: Não existem museus em Cachoeira. Tem-se instituições que possuem um acervo e por isso se intitulam “museu”, no entanto, não correspondem aos requisitos mínimos (documentação museológica, plano diretor para a gestão do acervo, museólogo, etc.) para serem considerados de fato como tal. O intitulado ‘museu da Câmara’ na realidade consiste num espaço em que funcionou como detenção no passado e atualmente guarda uma série de objetos desconexos (banners, dois livros de ata antigos das sessões da câmara postos em uma vitrine, exemplares de cerâmica, um canhão e duas esculturas em madeira – o caboclo e a cabocla). Existe também a fundação Hansen Bahia, mas o museu referente a este localiza-se em São Félix (é o museu mais próximo da cidade). O museu do Iphan, por sua vez, é composto por um acervo histórico de mobiliário de famílias nobres, apresentando uma característica bem tradicional e ultrapassada de museu (não utiliza-se de ações museológicas sobre seu acervo).

O bom equilíbrio da realidade cachoeirana com a idéia de “Cidade Monumento Nacional” depende de um foco – o conhecimento, o saber, a cultura –. Para que isso tenha sucesso é preciso investir em lugares destinados a esse fim, e uma biblioteca, um arquivo e um museu são elementos básicos e fundamentais a essa realidade. Só quando se tem o básico é que se pode aspirar coisas maiores (como o turismo local e sua consequente movimentação do capital) e ações complementares (como a educação patrimonial, por exemplo).

E em se tratando de instituições culturais públicas que lidam com o patrimônio, pensemos no museu. Maria C. S. Santos (1996, p. 35) lembra que “na década de 60, a Europa presencia e participa do movimento para a democratização da cultura, produzindo mudanças substanciais nas estruturas das instituições culturais existentes, dentre elas, o museu.” As novas discussões em torno da museologia e da preservação, na segunda metade do século XX, contribui para o surgimento de novas categorias de museu e de pressupostos conceituais em torno do patrimônio. Um tema que é central nesse contexto é a função social dos museus no mundo contemporâneo. Dentre muitos eventos realizados com esse fim a Mesa Redonda realizada em Santiago do Chile, em 1972, colocou em evidencia a intervenção museal sobre o social. A ação, ou melhor, o novo tipo de museu ali defendido, o Museu Integral, para Moutinho (apud SANTOS, Idib. p. 45) “é uma instituição a serviço e inseparável da

sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundando a consciência crítica de cada um dos seus membros”. Intensificando-se os raciocínios em torno do museu e suas funções, e na busca de transformações, o ecomuseu surge como o modo de realizar os objetivos museológicos de forma mais potencializada e realista. Como princípios básicos Bellaigue aponta os seguintes aspectos do ecomuseu:

- identificar um território e seus habitantes; inventariar suas possíveis necessidades e seus anseios;
- aceitar que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado um museu e, neste aspecto, a concepção da instituição será no sentido; comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia. (BELLAIGUE, apud SANTOS, dib. p. 47)

O território e os habitantes no ecomuseu - ou a cidade e sua sociedade em núcleos urbanos preservados – podem ser pensados, de certo modo, a partir de um olhar museológico. Isso se for considerado não o museu ‘mudo’, mas o museu enquanto instituição que está a serviço da comunidade, que utiliza-se do patrimônio para entender, preservar e questionar seu universo cultural, e tem a sociedade como agente ativo.

Se o sentido da preservação de cidades é legitimado pelo discurso das culturas, identidades, memória, cidadania, dentre demais questões sócio-culturais, e no museu as coleções são conservadas, documentadas, inventariadas e expostas tendo em mente o mesmo discurso, então podemos pensar a cidade histórica enquanto passível de análise em torno do seu patrimônio por meio de um olhar museal. Essa proposta será ensaiada no próximo capítulo.

CAPITULO 3

Patrimônio urbano sob o olhar museológico

Agora que já foi abordado vários aspectos sobre os núcleos urbanos preservados, e tendo em mente que o objeto principal do estudo aqui proposto é o patrimônio edificado enquanto cultura material fortemente destacada no espaço urbano, tentemos fazer uma abordagem dos bens arquitetônicos componentes do espaço urbano a partir de uma outra abordagem – a museológica.

Refletindo sobre as cidades antigas Françoise Choay destaca

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora de circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade.

Essa concepção de cidade histórica fora preparada por gerações de viajantes, cientistas e estetas. Os arqueólogos, que descobriam as cidades mortas da Antiguidade, assim como os autores de guias e de *ciceroni*, que dividiam o mundo da parte européia em fatias urbanas, contribuíram para que se pudesse pensar na museificação da cidade antiga. (CHOAY, 2001, p. 191-192)

É sensato, no entanto compreender que a análise do patrimônio urbano sob um olhar museológico não significa de imediato a cidade enquanto museu. Uma cidade preservada não deixa de ser uma ‘cidade atual’ com sua população, dinâmica, necessidades e vida cotidiana normal, como em qualquer outro espaço urbano. De modo contrário a isso, as peças de museu tem como primeira característica a perda de sua utilidade funcional ao ser tomada como objeto signo, passando daí a adquirir outras funções (sociais, culturais, intelectuais, etc.). Mas será que todo objeto museal necessariamente tem a sua função primária eliminada antes de se tornar símbolo cultural?

No glossário do Caderno de Diretrizes Museológicas o objeto museológico é definido da seguinte maneira:

Objeto retirado do contexto para o qual originalmente foi concebido e, *sem eliminar sua função primeira [grifo meu]*, incorpora novas funções, transformando-o em signo. É o objeto que adquire um significado, um sentido além daquele aparente, atribuído pelo processo de musealização, passando a representar outra coisa. (CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS, 2006, P.150)

Se formos considerar esse raciocínio, então assim como nas cidades históricas, o patrimônio – ou o objeto museal – é preservado, ganha novos sentidos, especialmente simbólicos, mas nem sempre perde a função para a qual o mesmo foi produzido. Porém, vida que se desenrola numa cidade ou num centro histórico não pode ser controlada assim como se dá com os objetos num museu, no entanto, museus na atualidade têm objetivos de desenvolvimento social a partir da cultura material e imaterial, e tentam dessa forma dinamizar e contextualizá-los em exposições. Sendo assim, pode-se afirmar que a cidade histórica – como Cachoeira – possui no seu cotidiano aquilo que é buscado pelos profissionais de museu: o contexto, isto é, o patrimônio inserido num contexto real. No entanto, receio tomar de forma precipitada uma cidade como museu, ‘cidade/museu’ ou ‘museu a céu aberto’. Esses termos envolvem várias questões sobre o patrimônio e sobre o funcionamento das áreas urbanas preservadas (não abandonadas) que devem ser devidamente analisados.

E o que é o objeto museal?

Várias são as definições que tentam responder a essa pergunta. Dentre algumas pode-se citar as seguintes:

De acordo ao ICOM (Conselho Internacional de Museus)

- a) Objetos reconhecidos pela ciência ou pela comunidade na qual possuem plena significação cultural, tendo uma qualidade única e como tal sendo inestimável.
- b) Os objetos que embora não sendo necessariamente raros tenham um valor que derive de seu meio ambiente cultural e natural. (ICOM, 1973, apud NASCIMENTO, 1994, p.08)

Para Mensch

Um objeto museológico pode ser definido como um objeto de museu, por ser selecionado pelas suas qualidades (“musealidade”), variando de acordo com os desenvolvimentos específicos das várias especializações (história, antropologia, arqueologia, etc.), como também voltada para o desenvolvimento da comunidade. (MENSCH, 1987, apud NASCIMENTO, Idib, p.09)

Bellaigne (1992), por sua vez, observa que

A Museologia tem o seu laboratório: O Museu. O laboratório, por sua vez, tem seu material de experimentação: o real. Ora, o real é representado no museu pelo objeto. Tem que considerar-se aqui o objeto em seu sentido mais amplo: ele é material ou imaterial, natural ou cultural. É em todo o caso, central na museologia, já que é o elemento da realidade que emite informação ou permite a

comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado. (BELLAINGE, 1992, apud NASCIMENTO, Idib. p.10)

Rozana Nascimento conclui que é

Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção do conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado das redes de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde esta representa as relações desiguais, diacrônicas, que se expressam na sua história, seja ele material e imaterial. (ROZANA, Idib., p.11)

Dentre as definições acima existem alguns termos que carregam as similaridades entre o objeto museal e o patrimônio arquitetônico dos centros históricos, são estes:

- objetos reconhecidos pela ciência ou pela comunidade;
- significação cultural;
- valor;
- objetos carregadores de informação, mensagem (e também significado e valor);
- material ou imaterial, natural ou cultural
- comunicação entre as pessoas e o meio, e entre o presente e o passado.

Esses termos colocados em destaque acima estão referidos nas definições citadas como características atribuídas aos bens que compõem as coleções de museus. É válido complementá-los com aqueles (termos) já abordados ao longo deste trabalho e ao qual estes estão relacionados, que seria a memória (coletiva e individual), a identidade cultural e o conhecimento (científico/formal e popular). Essas características são comuns entre o objeto museal e o patrimônio arquitetônico das cidades históricas. Ambos são documentos materiais, objetos aos quais foram atribuídos valores, significação e importância por serem fragmentos de um universo social, isto é, de um conjunto de relações entre homem e natureza (e também entre homem e homem) seja no passado e no presente, a fim compreender sua existência e traçar possibilidades futuras.

Assim como os objetos num museu, o patrimônio arquitetônico das cidades históricas é comumente visto como 'antigo, importante, raro' dentre outros conceitos que não refletem a cultura material enquanto fenômeno social, mas enquanto objetos

de significado sacro e ao mesmo tempo vago. Os lugares preservados, bem como as antiguidades nos museus, chamam a atenção de quem os vêem, principalmente pela distinção dos mesmos em relação aos bens considerados modernos. Nesse sentido, Nascimento discorre,

Se, o objeto museal é a produção prática da relação homem natureza, na medida em que na relação homem-homem vão temporalizando os espaços e fazendo história pela sua capacidade de criar e recriar, este objeto museal não pode ser entendido na sua relação em si, mas na sua relação com os homens.

[...] se faz necessário compreender o objeto museal no bojo das relações que tem como base a historicidade do objeto, onde portanto, estará contido a contradição, tendo como elemento a gênese da teia de relações. (NASCIMENTO, Idib., p.15)

Assim como o objeto museal, os edifícios também são construídos a partir da relação 'homem-natureza' e devem, do mesmo modo, ser entendidos na sua relação com os homens. Entendimento este que não deixa de ser interdisciplinar, pois estão sujeitos ao estudo de vários campos do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Arte, a Arquitetura, a Arqueologia, a Museologia, dentre outros. Para Eduardo Kingman e Mireya Salgado (1999, p. 122), "en la práctica, es imposible hacer una lectura global de la ciudad, alcanzar una visión de conjunto. Toda lectura es fragmentada, parcial; deja de la otras lecturas posibles".

Ao entender os museus como instituições interdisciplinares, Leticia Julião (2006, p.94) afirma que para o seu funcionamento estes devem atuar em três campos de ação "distintos e complementares", são estes: "a preservação, a investigação e a comunicação".

A preservação não se esgota em conservar a integridade física dos bens materiais. Na verdade essa é a primeira e mais visível ação existente tanto nas instituições museológicas quanto das cidades históricas. A preservação é o objetivo primordial nos museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e demais instituições que trabalham com o patrimônio cultural. Pinheiro, Silva, Gusmão, Santos e Barbieri (2009, p.517) afirmam com precisão que "o museu, o arquivo e a biblioteca são símbolos e guardiões do patrimônio, reunindo artefatos da nossa memória, operam a transmissão de conhecimentos e são reflexos da nossa identidade", e cita Lara Filho (2006, p.02) ao dizer que "são eles os depositários da memória coletiva, o que não se resume apenas à manutenção e conservação das coleções" (LARA FILHO, apud PINHEIRO, SILVA, GUSMÃO, SANTOS E BARBIERI, Idib., p. 517). A preservação envolve todas as ações que visam a salvaguarda do patrimônio e, muito mais que preservar a matéria, abrange de um modo essencial as informações contidas

nos bens – e/ou relacionadas a estes. Desse modo, Julião atenta ao fato da preservação não constituir “um fim em si mesmo, mas um meio, cujo objetivo maior é preservar a possibilidade de acesso futuro às informações das quais os objetos são portadores”.

A investigação é outra ação imprescindível à existência dos bens patrimoniais. Não há sentido em se preservar se não forem mantidas as informações necessárias à concretização do patrimônio enquanto documento. De acordo a Julião,

A investigação, por sua vez, tem o papel de ampliar as possibilidades de comunicação dos bens culturais; como atividade voltada para a produção do conhecimento, ela assegura uma visão crítica sobre determinados contextos e realidades dos quais os objetos é testemunha. (JULIÃO, loc, cit)

A ampliação do conceito de patrimônio que passa a considerar o meio ambiente, os artefatos e o saber, num patrimônio integral é base para a Nova Museologia, conceituada com a contribuição de vários grupos, durante a segunda metade do século XX, dentre eles grupos socializantes que em nome do patrimônio coletivo, reivindicam acesso aos monumentos, coleções de museus, que antes eram patrimônios privados. Como consequência, tem-se a revisão dos poderes que assumem a gestão e a valorização dos monumentos, museus e demais lugares considerados patrimônio público.¹⁶ O papel educativo do museu e a sua relação com o público se deu gradativamente em meio a um processo de mudanças conceituais em torno das questões sociais como um todo. Os documentos produzidos a respeito desse tema comprovam essa evolução conceitual.

A investigação (pesquisa) em torno dos bens contextualiza-os e dá sentido à salvaguarda, gera informações possibilitando a reflexão e a crítica, e de acordo a Julião, “para que o acesso a essas informações se efetive, é necessário que ocorra um processo de comunicação, no qual se estabelece uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o bem cultural, testemunho de uma dada realidade.”

A comunicação museológica é uma subárea de conhecimento da Museologia, relacionada a construção do conhecimento por meio do patrimônio. O museu é um espaço de comunicação e para que isso ocorra de uma forma clara e objetiva, na exposição dos bens é necessário a utilização de variados meios e instrumentos (disposição dos objetos, iluminação, sonorização, folhetos, banners, aparelhos tecnológicos diversos) de modo a possibilitar a melhor interação entre visitante, bens culturais e a informação gerada. Para Cury (p. 05), “o museu formula e comunica

¹⁶ Para melhor compreensão ver Cadernos de Sociomuseologia, nº 18 – 2002 p.96

sentidos a partir de seu acervo. Esses dois atos, formulação e comunicação, são indissociáveis e, por isso, atribuem a essa instituição o seu papel social”.

Do mesmo modo, nas cidades históricas, o uso de suportes tecnológicos para a comunicação dos bens patrimoniais irá possibilitar a observação, a reflexão e a circulação de informações. No caso dos edifícios, a iluminação é o melhor meio de se criar efeitos agradáveis ao olhar. Mas é na boa manutenção do espaço urbano que está a primeira ação para o bem estar e a interação entre os indivíduos e o patrimônio urbano preservado.¹⁷

A comunicação não é o processo final, como pode parecer, mas consiste em algo contínuo. Comunicar nesse contexto, não significa levar uma mensagem pronta e acabada. Do contrário, essa comunicação pressupõe questionamentos, e logo, surgimento de mais informações e produção do saber. Assim, apesar de parecer que os três campos de ação propostos por Julião sejam cronológicos e acabados, na verdade essas três ações são dinâmicas e constantes, mesmo em museus com coleções fechadas. À equipe do museu fica a responsabilidade de fazer com que essas três vias de ação sejam efetivadas na instituição.

Mas, e quanto às cidades preservadas? Estas também são detentoras de bens patrimoniais com significação similares aos objetos museais (como já destacado acima), e sendo assim também são potencialmente dignos desses três campos de ação defendidos por Julião. Mas quando se trata de cidades, a quem cabe a responsabilidade de fazer com que a preservação, a investigação e a comunicação sejam consumadas?

No tocante a gestão urbana e seu planejamento, Cristina Simão¹⁸ (2001, p.80) chama a atenção para o fato de que, em cidades preservadas, “a preservação do patrimônio cultural configura-se como mais uma das questões urbanas a ser planejada, inserida no contexto de todo o complexo que é a cidade”. Assim, para o planejamento devem ser considerados os aspectos referentes ao desenvolvimento social, cultura e salvaguarda dos bens patrimoniais.

O Plano Diretor Urbano do Município de Cachoeira, que dispõe sobre a política urbana local, traz nos artigos 23, 24 e 25, as seguintes abordagens referentes

¹⁷ A partir de um discurso expositivo, os objetos no museu são associados a elementos e contextualizados num espaço e tempo. Em cidades históricas como Cachoeira, onde a vida se desenrola em meio ao patrimônio preservado, esse contexto já existe, e são variadas as possibilidades de se levantar temas relacionados a esse meio.

¹⁸ Sobre o planejamento urbano em pequenas e médias cidades brasileiras a autora critica a falta deste e do Plano Diretor Urbano, que é exigido pela Constituição Federal para os municípios com mais de 20.000 habitantes, e que, segundo a mesma, não foi elaborado por um significativo número de pequenos e médios municípios.

à questão cultural (mais especificamente o Desenvolvimento Social, a Afirmação da Cultura e a Preservação da História, respectivamente),

Art. 23. Constituem-se objetivo deste eixo estratégico: educação, saúde e lazer fortalecidos por meio de projetos voltados para o resgate, preservação e valorização da cultura local e das atividades artísticas e culturais, otimização da gestão dos recursos para a preparação adequada das novas gerações.

Art. 24. Constituem-se objetivo deste eixo estratégico: cidadania, auto-estima, identidade e orgulho fortalecidos através de projetos voltados para o estímulo às atividades artísticas e culturais da população e para a perpetuação da memória da Cidade.

Art. 25. Constituem-se objetivo deste eixo estratégico: Cachoeira preservando a sua história e seu patrimônio material e imaterial, através de projetos que incentivem a difusão do conhecimento histórico, valorizem a educação patrimonial e o envolvimento da população na ação fiscalizadora, garantindo a atração de visitantes e o fortalecimento da auto-estima do cidadão-local. (PLANO DIRETOR URBANO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA, 2006)

No tocante ao desenvolvimento social em Cachoeira, o artigo 23 associa a educação, a saúde e o lazer à valorização cultural, no intuito de preparar adequadamente as novas gerações. Ao que parece o termo ‘preparar’ indica a construção de uma identidade e uma memória social baseada nos elementos que compõem a cultura local. Aprofundando este assunto, o artigo 24 aborda a cidadania, auto-estima, identidade e orgulho como um meio de se preservar a memória social da cidade, que tem como seu patrimônio um suporte para o conhecimento histórico, fortalecimento da auto-estima da população local e também um meio de atrair os turistas (e conseqüentemente movimentar a economia local), claramente exposto no artigo 25.

Essas questões são de interesse da museologia contemporânea – ou da Nova Museologia. Esta, como dito mais acima, tem a interdisciplinaridade no contexto museológico como objetivo, assumindo uma função social que se opõe ao saber isolado restritamente baseado nas coleções¹⁹. O propósito da Museologia agora é o desenvolvimento social-comunitário – e não apenas a conservação da cultura material de gerações passadas, que na grande maioria das vezes limitavam-se à conservação física dos bens – baseado numa participação ativa da comunidade.²⁰

¹⁹ Dicotomia entre “Nova Museologia X Museologia Tradicional” (Declaração de Quebec – 1984)

²⁰ Isto implica um novo papel para o museólogo profissional. Trata-se do fornecer aos membros da comunidade os instrumentos conceituais e materiais de trabalho, permitindo-lhes fazer parte do processo de coleta, preservação, pesquisa, e difusão, considerando o seu patrimônio como objeto. O museólogo não é, nessa perspectiva, o especialista encarregado de deliberar a verdade, mas um “catalisador” a serviço das necessidades da comunidade (SOARES, 2006, p.04)

Focalizando suas ações no ensino/aprendizagem por meio do patrimônio, a Educação Patrimonial segundo Melo.

Transforma-se em um meio de aprendizagem, interatividade, e identidade de todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. Fazendo com que estes se (re)conheçam, (re)valorizem e se (re)apropriem de toda herança cultural pertencente a eles mesmos. Qual a história de sua origem? Quais as suas gerações? Quais suas danças, crenças e mitos? Tudo é parte de uma cultura verdadeira que o tempo pode levar. (MELO, 2010, p.11)

A consciência patrimonial por parte da sociedade se dá no cotidiano, por meio de trabalhos de educação patrimonial. Este trabalho só será eficaz se for algo contínuo e real, presente no dia a dia da população, associado não apenas à educação e ao turismo, mas também à cidadania, desenvolvimento social, democracia e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Estas, por sua vez, são questões que devem ser compreendidas pelo poder público municipal, pois seguindo um raciocínio lógico, pode-se dizer que é esta esfera do poder que conhece melhor a realidade local, suas características, pontos fortes e necessidades.

É importante deixar claro que não está sendo defendido aqui que as obrigações do governo municipal sobre a área cultural em cidades preservadas excluam as ações estaduais, federais e particulares. O que deve ser destacado, porém é a urgência da necessidade dos municípios em atentar aos princípios da preservação do patrimônio cultural municipal tendo em vista a amplitude do seu significado para a sociedade. São as características específicas de um povo que determina sua identidade perante o mundo, e sendo assim conhecer suas potencialidades e trabalhá-las tornando-as realidade através de projetos e ações, é a única maneira de fazer com que a preservação do patrimônio em cidades históricas se dê de modo eficaz. Para que esse processo seja democrático, o comprometimento deve ser de todos os envolvidos²¹.

Mas, se num museu existe uma equipe especializada para aplicar os seus trabalhos sobre a conservação, documentação, pesquisa, ação educativa e comunicação dos objetos museais, quem seriam os responsáveis por esse trabalho nas cidades preservadas, em prol do patrimônio local? – e isso inclui não apenas os monumentos que compõem a paisagem, mas também a cultura imaterial que dá vida ao lugar.

²¹ Assim como num museu, no qual toda a equipe deve estar envolvida no trabalho de conservação do acervo, preservação deste e das informações que o relacionam e difusão destas.

Um modelo contemporâneo de museu que tem um objetivo aplicável às cidades preservadas é o Ecomuseu. Esse tipo de museu opõe-se ao tradicional, considera seu território e sua comunidade, tendo nesta os atores de sua constituição. Dessa maneira, enquanto no museu tradicional a relação é dada edifício-objetos-público, no ecomuseu isso é substituído por território-patrimônio-comunidade.

Se aplicarmos esse modelo às cidades, isso culminará na seguinte reflexão: o objeto museal, ou melhor, o bem patrimonial não perde suas funções e nem deixa de ter uma 'vida útil' para se tornar documento. Os edifícios não podem deixar de funcionar enquanto lugares onde abrigam pessoas, e por isso, mesmo mudando-se os usos, a memória é preservada e vivida. Ao mesmo tempo, a cultura imaterial se desenrola no cotidiano e deve ser registrada e valorizada. Explorar as potencialidades do patrimônio é fazer com que suas relações sejam desenroladas e documentadas no seu meio, de forma sustentável, por meio de ações eficazes e bem planejadas. Kingman y Salgado afirma que

La ciudad, y el centro histórico en particular, estarían mostrando de manera cotidiana el juego entre diversas culturas. Juego, no folklorización. La historia deberá reflejar esse juego pero también los procesos reales de subordinación. (...) Y a proyectarse al futuro: a la posibilidad de construir ciudadanías no excluyentes y de estebelecer una justa relación con las culturas híbridas y la culturas de la diferencia.(KINGMAN y SALGADO, Idib,, p. 129)

Essa idéia de se observar o patrimônio em seu meio faz com que se tenha de entender melhor o conceito de ecomuseu, como forma de compreender a cidade preservada. Segundo Bruno Soares,

Foi um ano antes da Conferência Nacional das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo, que os membros do ICOM estavam preocupados em fazer inscrever politicamente o Museu como instituição que pudesse contribuir para o meio ambiente e natureza. Eles sabiam muito bem que os museus dito de história natural, os mais próximos da natureza e do meio ambiente, eram, em geral, em muitos países, os museus mais "atrasados", os mais tradicionais. Então tentou-se inserir o museu no discurso político como um fenômeno novo, fazendo com que se afirmasse que o Novo Museu podia servir ao meio ambiente. Foi a partir daí que Varine – inspirado por um bom vinho como ele mesmo afirma – chegou à palavra "Ecomuseu", (...) (SOARES, 2006, p. 08)

No entanto, o ecomuseu faz alusão não apenas ao natural, mas também ao social. O seu conceito leva em conta o homem, a sociedade (relações), o território, o artefato, o conhecimento, dentre outras coisas, a serviço da sociedade. É a realidade no tempo e no espaço, ou seja, o Patrimônio Global.

Ao definir o Ecomuseu Soares afirma que ele

Deve ser também um espelho, onde a população se contempla para se reconhecer, onde busca a explicação do território na qual está enraizada e no qual viveram todos os povos que a precederam, na continuidade e descontinuidade das gerações. Um espelho que a população oferece aos seus visitantes para se fazer entender melhor, e fazer com que entendam melhor o seu trabalho, sua forma de comportamento e sua intimidade.

[...] por isso, o objeto nesse contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente que o cerca, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e o Real que acontecem no território determinado. (SOARES, Idib., p.10)

Tomando essas definições de modo a transpor ao caso das cidades históricas, pode-se notar que é perfeitamente aplicável. Então poderíamos entender uma área urbana preservada enquanto potencial à institucionalização de um ecomuseu.

Soares destaca ainda que,

Toda comunidade, segundo teorizou Varine em 1973, constituía um museu “vivo” – em constante transformação, em processo, em movimento – em seu interior, onde o público se encontra permanentemente. Não existem visitantes, mas sim habitantes. O museu não possui coleções trabalhadas originalmente da forma tradicional, mas todo objeto no interior de seu perímetro faz parte do museu e ali esses objetos são preservados e mantidos em uso (funcional e emocionalmente). A essência do museu não reside na exposição, mas na participação. (SOARES, Idib., p.12)

É preciso ter cuidado, no entanto com a utilização do termo “museu a céu aberto” porque uma cidade histórica não se constitui museu unicamente pelo fato de ser preservada. Para que essa denominação seja dada de fato é necessário que a cidade histórica seja objeto de um planejamento museológico – o que irá culminar na gestão museológica do patrimônio urbano. Caso não seja assim, poder-se-ia dizer que determinada cidade histórica é um museu em potencial – ou um ecomuseu em potencial – pois possui bens patrimoniais propícios a musealização. Denominar qualquer área urbana possuidora de bens patrimoniais como ‘museu a céu aberto’ é banalizar o real significado do museu e da museologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os núcleos urbanos preservados, uma vez entendidos como documentos e como locais musealizáveis levantam a proposta de uma série de discussões teóricas sobre a sua viabilidade. A educação, a cultura, o desenvolvimento, a comunicação e o conhecimento são objetivos gerais em prol da sociedade, e a museologia atualmente visa este fim.

O Patrimônio Cultural envolve a relação do homem com o meio, formando um contexto não só material/palpável, mas também imaterial/simbólico. As particularidades locais é que fazem do patrimônio um relevante documento relacionado a sociedade que o produziu – ou as vezes por certos grupos específicos pertencentes a determinada sociedade. Juliana M. C. Melo considera,

Com relação ao Patrimônio Cultural, pode-se dizer que os arquivos e a documentação histórica, de certa maneira, saíram ganhando com a atenção à preservação da memória que passou a fazer parte da construção da identidade nacional. A memória se tornou uma forma de resgate da cultura, aumentando o acervo socialmente disponível de conhecimento sobre ciência e saúde. Passou também a ser gradualmente percebido como um componente da história e da educação. (MELO, 2010, p.09)

Defender o patrimônio cultural é garantir sua continuidade da melhor maneira. Ações do Estado – políticas de preservação e fomento da cultura – são imprescindíveis à preservação do patrimônio cultural de um povo, mas deve-se considerar que a sociedade precisa compreender, aceitar e usufruir desse processo, em prol do fortalecimento da identidade cultural e da memória social. O Patrimônio Cultural é aquilo que um povo tem a mostrar aos outros, como algo que merece destaque e que, portanto, é significativo e simbólico.

Uma cidade e sua sociedade é composta por variados segmentos – de classe, religiosos, étnicos, ideológicos e específicos que ocorre num tempo e num espaço. Desse modo, assim como as coleções dos museus, o patrimônio urbano possui uma infinidade de assuntos ao qual são referências. Para Soares

A sincronia, como uma identidade cultural diversificada, significa que o museu não pode contentar-se em traduzir as diferenças entre grupos étnicos que co-habitam uma mesma unidade política sem traduzir, ao mesmo tempo, as diferentes culturas que convivem dentro de um mesmo grupo étnico. (SOARES, 2006, p. 18)

É muito comum associar o patrimônio à sua história. Mas a história de um povo não é algo homogêneo, unificado e acabado. Classes sociais e grupos étnicos

constantemente compartilham um mesmo lugar, muitas vezes com práticas e cotidiano tão diversos, como se habitassem mundos diferentes. É a tradução desses ‘mundos’ que a museologia se propõe a fazer, e por isso tem na interdisciplinaridade algo positivo e gerador de um entendimento mais amplo.

Quanto a preocupação com a informação, Guarnieri (1990) coloca

[...] convém lembrar que as palavras Documentabilidade e Testemunhalidade, têm aqui toda a força de sua origem. Assim, DOCUMENTABILIDADE pressupõe “documento” cuja raiz é a mesma de DOCERE = ensinar. Daí que o “documento” não apenas DIZ, mas ENSINA algo de alguém ou alguma coisa; e quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. TESTEMUNHALIDADE pressupõe “testemunho”, cuja origem é “TESTIMONIUM”, ou seja, testificar, atestar algo de alguém, a OUTREM(...) FIDELIDADE, em Museologia, não pressupõe necessariamente AUTENTICIDADE no sentido tradicional e restrito, mas a VERACIDADE, a FIDELIDADE do documento ou testemunho. Quando musealizamos objetos e artefatos (*aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades [grifo nosso]*, entre outros e a paisagem com a qual o homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações a comunidade; ora essa informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, idéia) e memória (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações).(GUARNIERI, apud NASCIMENTO, 1994, p.12)

O ensino, bem como a consequente formulação do conhecimento, não pode ser fragmentado, reduzido. Por isso, o objeto museal, segundo Nascimento, será

compreendido pela gênese das teias de relações e, não apenas como um produto que por si só, representa um espaço-tempo definido a priori por seus aspectos físicos que são determinados numa ação documental que busca resgatar “informações” sobre este bem cultural. (NASCIMENTO, Idib., p.30)

Vale lembrar que mesmo numa sociedade capitalista, marcada pelos avanços no campo da ciência e da tecnologia, os serviços prestados pelo museu são gratuitos. O museu não tem no lucro sua missão, mas o desenvolvimento social por meio da cultura. Na era da informatização, da comunicação e da imagem, o museu vem questionar o global e o local, as especificidades do lugar. Questionamento este perfeitamente aplicável às cidades históricas por fazer fluir constantemente questionamentos sobre o moderno e o antigo.

As cidades preservadas, como se vê o exemplo de Cachoeira, por vezes demonstram a falta de algo que explore realmente seus potenciais culturais. Planejar museologicamente essas cidades é assumir o papel social da museologia, é contribuir com a preservação em prol da sociedade local e também do turismo.

Baseado na bibliografia utilizada e na análise da cidade de Cachoeira foi possível perceber o quanto é complexo o contexto que envolve a preservação. Como

conciliar a atração popular pelo dito “desenvolvimento” com a salvaguarda de seu patrimônio preservado? De certo, o conhecimento é o meio mais eficiente de viabilizar a utilização do patrimônio. As abordagens sobre as cidades históricas, no campo da museologia, ainda carecem de discussões. É necessário aprofundar mais a análise museológica a respeito do assunto. O sentimento de pertencimento ao lugar, por parte da população, existe mesmo quando os indivíduos expressam o contrário, porém muitas vezes aparece como algo subentendido. Por isso a educação patrimonial continuada é fundamental para despertar esse entendimento.

A presença da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia surge como meio importante de disseminação do conhecimento patrimonial interno, pois com a procura de pesquisadores e estudantes pela cultura local, é natural que haja um despertar da comunidade para a valorização cultural, e conseqüentemente, para a potencialização desse patrimônio. Não é só deixar esse trabalho a cargo dos órgãos de preservação e ao turismo, estes existem para viabilizar legalmente a salvaguarda, mas a apropriação por parte da população é o que dará verdadeiro sentido a esse processo.

Um dos elementos que Cachoeira possui de mais interessante é o sentimento da população que, apesar de alguns conflitos, no geral expressam um orgulho em ser filhos da terra e possuir esse patrimônio. Muitos não são de acordo à preservação do patrimônio material, devido às restrições, mas mesmo que de forma latente, admitem o orgulho de ser parte de determinado grupo cultural. Possuem uma identidade cultural expressiva. Uns mostram-se a favor da preservação e expressam significativo orgulho em pertencer a um lugar marcado por uma história fundamentada em glórias e em heroísmos. Outros, por sua vez, acreditam ser os órgãos de preservação a causa de problemas diversos, principalmente as limitações das reformas de imóveis e do não desenvolvimento econômico local, e culpam também esses órgãos por intervirem em suas reformas, mas não darem assistência aos proprietários para que as intervenções sejam realizadas de acordo com os objetivos da preservação.

A cultura imaterial é melhor absolvida pela população. São expressões artísticas que caracterizam a memória social e a identidade coletiva. E Cachoeira destaca-se pela forte influência da cultura africana. Durante todo o ano há festejos religiosos. Por serem os produtores do patrimônio intangível local, o entendimento do povo cachoeirano simpatiza mais com a cultura imaterial – o que não significa que não existem oposições e divergências, afinal a cidade histórica é formada por variados segmentos sociais.

Pensar a cidade histórica pressupõe a reflexão sobre as mudanças e as permanências, ou seja, sobre os elementos que são naturalmente modificados dentro de um cenário urbano e sobre os que se mantêm ao longo dos anos. É também

observar o universo patrimonial resultante da relação entre os indivíduos e o meio. A cidade de Cachoeira não é entendida aqui como um 'museu a céu aberto', mas é possuidora de um patrimônio perfeitamente propenso à musealização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, Giumar. Cidades e Sertões: entre a história e a memória. Baurú: Edusc, 2000. (Coleção História).

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o Arquiteto**, Ed. 70, Lisboa, 1984.

BERNDT, Angelita e BASTOS, Rossano L.. IPHAN e suas mudanças desde a sua criação. Política de Preservação. Congresso ABRACOR (Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais), p.17-20.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado, 1988.

CARTA DE WASHINGTON. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas, 1987.

CAMINHOS DO RECÔNCAVO: **Proposição de Novos Roteiros Históricos Culturais para o Recôncavo Baiano**/ Coordenadores do projeto, Lúcia Maria Aquino de Queirós e Regina Celeste de Almeida Souza: 2009.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. **O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações**. *Habitus*, v. 3, nº 2, p.301-3019, jul/dez de 2005.

CHOAY, Francisco. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Edunesp, 2001.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica – Uma perspectiva teórico-metodológica de recepção**. Escola de Comunicações e Artes e Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado

ao NP 01 - Teorias da Comunicação, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

DOURADO, Odete. "**Para sempre, memória**". Rev. Rua. Salvador, v.2, n3, jan 1989.

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível.** Disponível em http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil/** Maria Cecília Londres Fonseca. 2 ed. Ver.ampl. Rio de Janeiro. Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

JULIÃO, Leticia. **Pesquisa Histórica no Museu.** Caderno de Diretrizes Museológicas, 2006, p. 94-105.

JULIÃO, Leticia. **Apontamentos sobre a História do Museu.** Caderno de Diretrizes Museológicas, 2006, p. 94-105.

LEMOS. Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. 4ª edição Ed. Brasiliense. 1985.

MARQUES, Francisca. **Educação Comunitária como Prática de Etnomusicologia Aplicada: Reflexões sobre uma Experiência no Recôncavo Baiano.** Rev. USP n.78 São Paulo jun./ago. 2008.

MELO, Juliana M. C.. Educação Patrimonial: museu cultural da humanidade. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST.

MELLO, Francisco José. **História da Cidade da Cachoeira.** Editora Radami. 2001.

MESENTIER, Leonardo Marques de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania.** Disponível em http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151514709_69.pdf

NOGUEIRA, Inventário e patrimônio cultural no Brasil. Ver. História, v.26, p. 257-268, 2007.

NASCIMENTO, Rozana. **O objeto museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de Museologia. n 3 – 1994.

PEIXOTO, Paulo. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Texto apresentado no colóquio “*A cidade entre projectos e políticas*” Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003.

PÉRICLES DINIS, José. **O Jornalismo Regional como Elemento Formador de Identidade do Recôncavo Baiano**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura, realizado entre 23 e 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador – Bahia – Brasil.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SILVA, Edileusa Regina Pena da; GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; SANTOS, Sandra Monteiro de Barros; BARBIERI, Valquíria Chaves. **Pela Preservação da Memória Documental como uma Garantia do Acesso à Informação, à Memória e à Cidadania**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 14, n.2, (p. 513-530), jul.dez.,2009.

PLANO DIRETOR URBANO DE CACHOEIRA, 2006.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. Políticas culturais no município de Cachoeira-Ba: Avanços e desarticulações. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. **V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009.

SANTOS, Maria Célia Moura. **Uma abordagem museológica do contexto urbano**. Cadernos de sociomuseologia nº 5 – 1996.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. 1 ed. 1. Reimp. – Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

SOARES, Bruno César Brulon. **Entendendo o ecomuseu: uma nova forma de pensar a museologia**. Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio. Ano 01, nº 02, agosto de 2006.

KINGMAN, Eduardo e SALGADO, Mireya. **El Museo de la Ciudad Reflexiones sobre la memória y la vida cotidiana**. Diretoria del Museo de la Ciudad. Fernando Carrión (editor). p. 122- 135.